Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações gerais

1 Contexto operacional

(a) Atividades operacionais

A Guararapes Confecções S.A. ("Companhia") constituída em 6 de outubro de 1956, é uma sociedade anônima de capital aberto com sede no Distrito Industrial de Natal – Estado do Rio Grande do Norte, registrada na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. – BM&FBOVESPA ("BOVESPA"). A Companhia tem como objeto social:

- Indústria têxtil em geral;
- Indústria de confecções de roupas e de tecidos em geral, sua comercialização por atacado e a varejo, e exportação;
- Importação e comercialização, por atacado, de confecções e tecidos, produtos de perfumaria e esportivos, calçados, roupas de cama, mesa e banho, brinquedos, relógios e cronômetros.

Desde 2013 a Guararapes Confecções S.A. mantém um escritório na cidade de Shangai - China, para intermediar as negociações comerciais. O custo operacional na manutenção deste escritório não é significativo para a Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações trimestrais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB))

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data da transição para IFRS/CPCs e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e joint ventures nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

(a) Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 08/Projetos Anuais de Aprimoramento do IFRS 2012-2014

(i) CPC 19/IFRS 11 Negócios em Conjunto

As aquisições de participação em uma operação conjunta em que as atividades da operação conjunta constituem-se em um negócio devem ser contabilizadas aplicando-se os princípios de combinação de negócios, a menos que conflitem com o CPC 19/IFRS 11.

(ii) CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado e CPC 04/IAS 38 - Ativo Intangível

Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclarece também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

(iii) CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação

Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.

(iv) CPC 33/IAS 19 - Beneficios a Empregados

Traz orientação complementar com relação à determinação da taxa de desconto para obrigações pósemprego. Dentre outros aspectos, a alteração esclarece que onde não houver mercado ativo para instrumentos privados categorizados como de baixo risco *high quality bonds*, títulos governamentais devem ser utilizados para a determinação da taxa de desconto.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2016 não são relevantes para o Grupo

2.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 6.

Seção B - Riscos

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento do exercício, a Companhia e as suas controladas revisam os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no percentual de histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centros de distribuições, além de considerar produtos com giro lento ou não vendáveis.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração avalia periodicamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerando, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, com relação às operações de cartão de crédito próprio, de terceiros e de outros valores a receber. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso para atribuição dos níveis de provisão aos clientes devedores.

c.1) Aspectos específicos para a controlada indireta Midway Financeira

Quanto à avaliação de risco de crédito, os procedimentos praticados encontram-se aderentes às normas estabelecidas pelo BACEN, conforme disposições da Resolução 2.682, de 21 de dezembro de 1999. Basicamente, as operações são classificadas por nível de risco, inicialmente na faixa referente ao nível de risco "A", podendo evoluir para as faixas de maior risco, cujo limite é a faixa "H", em função, especialmente, da decorrência de tempo de atraso dos clientes.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que já estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Para fins das demonstrações financeiras segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Administração procedeu ao complemento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em estudo técnico de acompanhamento da Carteira de Crédito, resultando em um acréscimo em 2016 no montante de R\$ 61.810 (R\$ 82.594 em 2015), em relação aos percentuais mínimos requeridos pelo Banco Central.

d) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas são partes de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 25. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras e são suficientes para cobrir possíveis perdas.

e) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, lucro este trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. Esse estudo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

f) Benefícios fiscais de ICMS

Conforme descrito na Nota 27.3, a Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte e do Ceará. O Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras.

g) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

h) Vida útil do imobilizado

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de risco de preço), risco de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial da Companhia provém, basicamente, da importação de produtos para revenda. Para as operações em moeda estrangeira relacionadas com o seu ciclo operacional, a Companhia não adota nenhum mecanismo de proteção a possíveis variações cambiais considerando: (i) curto prazo de pagamento que, em média, é de 60 dias; e (ii) baixo volume de importação, onde uma maxi valorização do dólar norteamericano significaria uma redução das margens desses produtos.

A investida Lojas Riachuelo quitou os dois empréstimos em moeda estrangeira que venceram em 2016 e adquiriu dois novos empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro. A Midway S/A. Credito, Financiamento e Investimentos contratou empréstimos em moeda estrangeira para fins de capital de giro. Para proteger as exposições cambiais relacionadas à esses empréstimos em moeda estrangeira ambas contrataram operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "Swap", conforme descrito na Nota 12.

A análise de sensibilidade requerida Instrução CVM nº 475/08 foi determinada com base na exposição a variações de cotação no dólar norte-americano convertidos a cotações projetadas para o exercício 2016, com base nos relatórios de inflação divulgados pelo Banco Central do Brasil. Em relação aos cenários foram utilizadas as mesmas premissas da gestão de risco da taxa de juros acima mencionada.

A Administração da Companhia não considera a possibilidade de variações significativas nas taxas de câmbio.

Cenários positivos

	Comarios	iogati i oo			Coman	ob pobler of	,		
	Remoto I	Possível I	(Cenário	Possível II	Remot	o II		
Taxa	(-50%)	(-25%)	P	rovável	(+25%)	(+50	%)		
US\$	1,64	2,46		3,28	4,10) 4	1,92		
CONSOLIDADO	<u>)</u>								
					Cenários r	egativos		Cenários	positivos
				Cenário	Remoto I	Possível I	Cenário	Possível II	Remoto II
	Operação	Mo	eda	contábil	(-50%)	(-25%)	Provável	(+25%)	(+50%)
Passivos:									
Fornecedores	- Estrangeiros	3	3,35	112.401	(57.375)	(29.862)	(2.349)	25.164	52.677
Emprestimos	e financiamentos	3	3,35	562.511	(287.132)	(149.443)	(11.754)	125.935	263.625
Instrumentos	financeiros Derivativ	vos 3	3,35	152.174	(77.677)	(40.428)	(3.180)	34.069	71.317
Resultado:									
Variação camb	oial ativa				(422.184)	(219.733)	(17.283)	-	-
Variação camb	oial passiva					-		185.168	387.619
Impacto no Re	esultado				(422.184)	(219.733)	(17.283)	185.168	387.619

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Cenários negativos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas podem incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos financeiros praticados, captados junto ao mercado.

Em relação às aplicações financeiras mantidas pela Companhia e suas controladas diretas e indiretas, as mesmas possuem condições de contratação atuais semelhantes àquelas em que as mesmas se originaram e, portanto, os valores registrados estão próximos aos valores de mercado. Essas aplicações financeiras foram consideradas como equivalentes de caixa e também como títulos e valores mobiliários, sendo neste caso classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida conforme Instrução CVM nº 475/08, considerando a exposição à variação da TJLP, principal indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e pelas aplicações financeiras. Na elaboração dessa análise, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado.
- Definição do cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos.

A Companhia mantêm parte substancial de equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários indexados a variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme obtidos do relatório de inflação do Banco Central do Brasil, emitido em Fevereiro de 2017, indica uma taxa efetiva da SELIC em 10,86 %, cenário provável para 2017.

CONSOLIDADO

				Cenários	negativos		Cenários	positivos
Operação	_ Risco	Taxa Projetada	Cenário contábil	Remoto I (-50%)	Possível I (-25%)	Cenário Provável	Possível II (+25%)	Remoto II (+50%)
Ativos:	-							
Títulos e valores mobiliarios	CDI	12,90%	519.112	7.994	11.991	15.988	19.984	23.981
Títulos e valores mobiliários	SELIC	10,86%	336.951	4.399	6.598	8.798	10.997	13.196
Total			856.063	12.393	18.589	24.786	30.981	37.177
Passivos:								
Empréstimos -TJLP	TJLP	7,50%	471.803	4.304	6.456	8.608	10.760	12.912
Empréstimos - CDI	CDI	12,90%	123.399	1.900	2.850	3.800	4.751	5.701
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,50%	613	3	5	7	8	10
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,00%	577	4	5	7	9	11
Financiamento de ativo fixo (*)	-	5,50%	8.894	60	90	120	150	180
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,00%	36.579	136	203	271	339	407
Financiamento de ativo fixo (*)	-	3,50%	27.192	117	176	235	294	352
Financiamento de ativo fixo (*)	-	4,00%	2.572	13	19	25	32	38
Outros empréstimos e financiamentos	-	2,90%	198	1	1	1	2	2
Debêntures	CDI	15,29%	201.326	3.644	5.466	7.288	9.111	10.933
Total			873.153	10.182	15.271	20.362	25.458	30.547
(*) Operações pré-fixadas não sujeitas a vai	riações de ír	ndices						
Resultado:								
Receitas de aplicações financeiras				12.393	18.589	24.786	30.981	37.177
Despesa de juros sobre empréstimos e fin	anciamento	os		(10.182)	(15.271)	(20.362)	(25.458)	(30.547)
Impacto no Resultado				2.211	3.318	4.424	5.523	6.630

(b) Risco de crédito

As atividades da Companhia compreendem a comercialização de confecções em geral, os artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de seus clientes, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira adotam uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como monitoramento tempestivo dos saldos a receber.

A Midway Financeira, que detém os saldos a receber de clientes, apresenta saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 636.562 (R\$ 644.072 em 31 de dezembro de 2015), para cobrir os riscos de crédito.

A controlada Midway Shopping Center Ltda. constitui uma provisão para as prováveis perdas nas cobranças de alugueis das lojas com vencimentos superiores á 90 dias no valor de R\$ 1.108 (R\$ 793 em 31 de dezembro de 2015). Todos os inadimplentes acima de 90 dias, cujas as negociações amigáveis foram concluídas, estão sendo cobrados através de ações judiciais com os riscos de despejos.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essas previsões levam em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Companhia e sua controlada indireta Midway Financeira mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria do Grupo. A Tesouraria localiza-se em São Paulo e investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha ativos líquidos de R\$ 519.112 (2015 - R\$ 288.206) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Co	ntroladora	
	Valor	Até	2	De 3 a	Mais de	
Operação	Contábil	1 ano	anos	5 anos	5 anos	Total
Fornecedores	43.440	43.440	_	_	_	43.440
Empréstimos e Financiamentos	8.653	4.165	2.822	2.117	_	9.104
Partes relacionadas	217.084	217.084	-	/	-	217.084
	269.177	264.689	2.822	2.117	_	269.628
				Co	onsolidado	
	Valor	Até	2	De 3 a	Mais de	
Operação	Contábil	1 ano	anos	5 anos	5 anos	Total
Fornecedores	379.403	379.403	-	-	_	379.403
Fornecedores - "Confirming"	74.481	74.481	-	-	-	74.481
Empréstimos e Financiamentos	1.234.338	992.344	299.804	502.658	37.625	1.832.431
Instrumentos Financeiros Derivativos	152.174	152.174	-	-	-	152.174
Debêntues	201.326	99.517	88.567	77.617	-	265.701
Certificados de Recebiveis Imobiliarios - CRI	154.978	36.651	39.012	132.240	-	207.903
Partes relacionadas	217.084	217.084	-	<u> </u>		217.084
	2.413.784	1.951.654	427.383	712.515	37.625	3.129.177

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

(d) Linhas de financiamento

	2016	2015
Saldos bancários a descoberto assegurado:		
Utilizado	620.655	1.696.698
Não utilizado	1.172.925	778.666
Saldos do BNDES a descoberto assegurado:		
Utilizado	1.168.404	1.011.941
Não utilizado	368.618	525.080

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

A estratégia do Grupo em ampliar o número de lojas em 2016 foi revisto em função da situação macroeconômica que o país estava passando, onde somente 6 novas lojas (28 em 2015) foram inauguradas, diminuiu em relação à de 2015, provocando a manutenção no índice de alavancagem financeira em 22%.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 podem ser assim sumariados:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 20)	1.234.338	1.418.077
Instrumentos financeiras derivativos (Nota 12) Debêntures (Nota 21)	152.174 201.326	(63.528) -
Certificados de recebíveis imobiliários (Nota 22) Empréstimos com partes relacionadas (Nota 28)	154.978	-
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10) Menos: Títulos e valores mobiliários (Nota 11)	217.084 (616.363) (336.951)	168.408 (367.355) (222.135)
Dívida líquida	1.006.586	933.467
Total do patrimônio líquido	3.616.350	3.390.108
Total do capital	4.622.936	4.323.575
Índice de alavancagem financeira - %	22	22

O capital não é administrado no nível da Controladora, somente no nível consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os instrumentos financeiros foram contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- . Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- . Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- . Înformações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

Os títulos e valores mobiliários foram considerados de nível 1 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) para instrumentos similares.

									2016
	Até 3	De 1 a	De 3 a	De 5 a	Total	Valor	Ajuste a	IRPJ e	Ajuste a mercado
	meses	3 anos	5 anos	15 anos	Total	Atualizado	mercado	CSLL	líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	84.421	-	84.236	168.294	336.951	337.385	(434)	196	(238)
									2015
	Até 3	De 1 a	De 3 a	De 5 a	Total	Valor	Ajuste a	IRPJ e	Ajuste a mercado
	meses	3 anos	5 anos	15 anos	Total	Atualizado	mercado	CSLL	líquido (*)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	74.041	74.043	-	74.051	222.135	222.159	(24)	10	(14)
						Variaç	ão no exercío	io de 2016	(224)
						222.159	(24)	10	(14)

^(*) O ajuste a valor de mercado está registrado na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido, líquido dos respectivos impostos.

Os derivativos foram considerados de nível 2 e o valor justo relacionado a eles foi apurado com base em modelos de precificação consolidados para instrumentos financeiros dessa natureza e foram estimados em R\$ 152.174 negativos em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 63.528 positivos em 31 de dezembro de 2015).

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

(a) Instrumentos financeiros - Nível 1

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

(b) Instrumentos financeiros - Nível 2

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um instrumento puderem ser observadas no mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Seção C - Informação por segmento

5 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva representada pelo Diretor Presidente, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. Os ramos mais significativos que o Grupo usa para as tomadas de decisões são o Varejo e Financeira, conforme descrito a seguir.

Informações por segmento de negócios

O Grupo está amparado nos segmentos denominados "Varejo" e "Financeira", através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

A Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui operações descontinuadas e efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais, como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando o *impairment* é resultado de um evento isolado, não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos baseados em ações liquidados em ações e ganhos ou perdas não realizados sobre instrumentos financeiros. Receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos, pelo fato destas atividades serem gerenciadas pela tesouraria central, a qual gerencia a posição de caixa do Grupo.

O segmento "Varejo" corresponde ao negócio de revenda de mercadorias realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País.

O segmento "Financeiro" corresponde às operações de crédito ao consumidor, concedidas por meio do cartão "Riachuelo".

O segmento "Outros" corresponde à operação fabril, transportes e locação.

(a) Ativos e passivos

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo					
Ativo circulante	2.629.067	3.435.045	720.534	(2.008.209)	4.776.437
Ativo não circulante	2.661.988	195.669	4.412.439	(4.325.771)	2.944.325
Total do ativo	5.291.055	3.630.714	5.132.973	(6.333.980)	7.720.762
Passivo					
Passivo circulante	1.872.422	2.913.321	221.069	(1.961.501)	3.045.311
Passivo não circulante	674.158	28.282	385.232	(28.571)	1.059.101
Total do passivo	2.546.580	2.941.603	606.301	(1.990.072)	4.104.412
Patrimônio líquido	2.744.475	689.111	4.526.672	(4.343.908)	3.616.350
Total de passivo e patrimônio líquido	5.291.055	3.630.714	5.132.973	(6.333.980)	7.720.762
					2015
					2015
	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	Consolidado
Ativo	Varejo	Financeira	Outros	Eliminações	
Ativo Ativo circulante	Varejo 2.170.033	Financeira 2.824.374	Outros 746.373	Eliminações (1.608.993)	
		,			Consolidado
Ativo circulante	2.170.033	2.824.374	746.373	(1.608.993)	Consolidado 4.131.787
Ativo circulante Ativo não circulante	2.170.033 2.814.552	2.824.374 174.835	746.373 4.236.111	(1.608.993) (4.387.480)	Consolidado 4.131.787 2.838.018
Ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo	2.170.033 2.814.552	2.824.374 174.835	746.373 4.236.111	(1.608.993) (4.387.480)	Consolidado 4.131.787 2.838.018
Ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo Passivo	2.170.033 2.814.552 4.984.585	2.824.374 174.835 2.999.209	746.373 4.236.111 4.982.484	(1.608.993) (4.387.480) (5.996.473)	Consolidado 4.131.787 2.838.018 6.969.805
Ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo Passivo Passivo circulante	2.170.033 2.814.552 4.984.585	2.824.374 174.835 2.999.209 2.102.818	746.373 4.236.111 4.982.484 405.396	(1.608.993) (4.387.480) (5.996.473) (1.558.671)	Consolidado 4.131.787 2.838.018 6.969.805 2.715.554
Ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo Passivo Passivo circulante Passivo não circulante	2.170.033 2.814.552 4.984.585 1.766.011 678.084	2.824.374 174.835 2.999.209 2.102.818 9.346	746.373 4.236.111 4.982.484 405.396 239.743	(1.608.993) (4.387.480) (5.996.473) (1.558.671) (63.030)	Consolidado 4.131.787 2.838.018 6.969.805 2.715.554 864.143
Ativo circulante Ativo não circulante Total do ativo Passivo Passivo circulante Passivo não circulante	2.170.033 2.814.552 4.984.585 1.766.011 678.084	2.824.374 174.835 2.999.209 2.102.818 9.346	746.373 4.236.111 4.982.484 405.396 239.743	(1.608.993) (4.387.480) (5.996.473) (1.558.671) (63.030)	Consolidado 4.131.787 2.838.018 6.969.805 2.715.554 864.143

(b) Resultados

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- 0/	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	2016 Consolidado
5.867.521					
Receita líquida Custo dos produtos, das mercadorias	4.266.314	1.601.207	1.123.319	(1.069.190)	5.921.650
e dos serviços vendidos	(2.414.052)	(259.476)	(736.080)	1.062.183	(2.347.425)
Lucro bruto	1.852.262	1.341.731	387.239	(7.007)	3.574.225
Despesas com vendas	(1.923.423)	(641.504)	(10.525)	38.523	(2.536.929)
Despesas gerais e administrativas	(329.070)	(339.835)	(66.278)	50.035	(685.148)
Honorários	(6.068)	(2.806)	(4.047)	-	(12.921)
Outras receitas operacionais, líquidas	12.133	76.213	53.426	(77.366)	64.406
Resultado de equivalência patrimonial	210.091	_	166.663	(376.754)	
Despesas operacionais	(2.036.337)	(907.932)	139.239	(365.562)	(3.170.592)
Lucro operacional	(184.075)	433.799	526.478	(372.569)	403.633
Receitas financeiras	116.340	147.398	43.461	(76.111)	231.088
Despesas financeiras	(184.760)	(203.243)	(47.315)	76.092	(359.226)
Resultado financeiro	(68.420)	(55.845)	(3.854)	(19)	(128.138)
Lucro antes do imposto de renda					
e da contribuição social	(252.495)	377.954	522.624	(372.588)	275.495
					2015
•	Varejo	Financeira	Outros(*)	Eliminações	Consolidado
Receita líquida	4.073.907	1.380.307	1.128.762	(1.075.670)	5.507.306
Custo dos produtos, das mercadorias					
e dos serviços vendidos	(2.374.192)	(190.031)	(686.326)	1.069.417	(2.181.132)
Lucro bruto	1.699.715	1.190.276	442.436	(6.253)	3.326.174
Despesas com vendas	(1.720.511)	(580.899)	(10.183)	43.902	(2.267.691)
Despesas gerais e administrativas	(274.986)	(308.013)	(59.963)	42.311	(600.651)
Honorários	(5.610)	(2.347)	(4.979)	42.311	(12.936)
Outras receitas operacionais, líquidas	29.339	38.831	39.746	(78.759)	29.157
Resultado de equivalência patrimonial	207.633	J0.0J1 -	244.372	(452.005)	-9.10/
Despesas operacionais	(1.764.135)	(852.428)	208.993	(444.551)	(2.852.121)
Lucro operacional	(64.420)	337.848	651.429	(450.804)	474.053
Receitas financeiras	181.796	52.931	21,301	(43.743)	212.285
Despesas financeiras	(247.464)	(70.892)	(32.396)	43.705	(307.047)
Resultado financeiro	(65.668)	(17.961)	(11.095)	(38)	(94.762)
Lucro antes do imposto de renda	(00.000)	(1/1901)	(11.093)	(30)	(74./02)
e da contribuição social	(130.088)	319.887	640.334	(450.842)	379.291

^(*) Os valores relativos a indústria e locações, são demonstrados nas tabelas como outros, uma vez que são eliminados para fins de consolidação.

Os valores apresentados para conciliação dos saldos contábeis refletem as eliminações das transações entre partes relacionadas para fins de consolidação.

As práticas contábeis dos segmentos reportáveis são as mesmas adotadas pela Companhia, descritas na Nota 39. Essa é a mensuração reportada para o principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos e avaliação do desempenho dos segmentos.

Análise da receita por categoria

Receita Líquida por segmento	2.016	2.015
Vendas a Varejo	4.266.314	4.073.907
Produtos e Serviços Financeiros	1.601.207	1.380.307
Shopping Center	66.717	61.703
Vendas a Contribuintes	1.039.252	1.049.694
Transportes	17.350	17.365
Efeito entre as empresas Controladas	(1.069.190)	(1.075.670)
Total Consolidado	5.921.650	5.507.306

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado anteriormente, a Administração do Grupo avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base no EBITDA ajustado. A apresentação do EBITDA ajustado e sua reconciliação com o resultado contábil estão descritos a seguir:

Ebitda Ajustado * por segmento	2.016	2.015
Varejo	275.548	407.157
Produtos e Serviços Financeiros	388.136	299.194
Shopping Center	59.739	56.642
Total Ebitda Ajustado	723.423	762.993
Depreciação e amortização	(286.063)	(250.767)
Resultado financeiro	(128.138)	(94.762)
Incentivo fiscal do IR	(33.727)	(38.173)
Lucro Antes dos imposto e do resultdado	<u> </u>	
de operações descontinuadas	275.495	379.291

Seção D - Estrutura do Grupo

6 Empresas controladas

• Lojas Riachuelo S.A. ("Lojas Riachuelo")

As Lojas Riachuelo S.A., empresa do ramo varejista e controlada da Guararapes Confecções S.A., objetiva promover a integração entre o varejo e a produção. Atualmente, absorve toda a produção da Companhia, através de suas 291 (285 em 31 de dezembro de 2015) lojas presentes em todo território nacional.

• Midway Shopping Center Ltda.

A Midway Shopping Center Ltda., localizada na cidade de Natal no Estado do Rio Grande do Norte, tem por objetivo a administração de Shopping Center. O empreendimento, com instalações próprias, ocupa uma área de terreno de 67.987,71 m² e área construída de 231.000 m² dividida em 3 pavimentos.

Riachuelo Participações Ltda.

A Riachuelo Participações Ltda., tem por objetivo principal a participação na Midway S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, intermediando as transações ocorridas nas Lojas Riachuelo S.A.

• Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Midway Financeira")

A Midway S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento tem como objetivo estratégico realizar as operações de financiamentos aos consumidores dos produtos e serviços das Lojas Riachuelo S.A., buscando os recursos financeiros mais adequados para o suporte dessas operações.

Transportadora Casa Verde Ltda.

A Transportadora Casa Verde Ltda., empresa do ramo de transportes rodoviário, tem como atividade transportar os produtos e materiais da Companhia e da controlada Lojas Riachuelo S.A. de norte a sul do país.

7 Investimentos

(a) Controladora

Descrição	2016	2015
Empresas controladas Lucros dos estoques não realizados	2.965.768 (45.963)	2.758.658 (49.495)
Total dos investimentos	2.919.805	2.709.163

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Participações em controladas

Controladas no Brasil	Atividade	Situação	Ações ou quotas detidas (em milhares) ordinárias - 31/12/2016	Participação e capital votante em 31/12/2016
Lojas Riachuelo S.A.	Varejo	Ativa	1.488.225	100,00
Midway Shopping Center Ltda.	Shopping	Ativa	200.000	100,00
Transportadora Casa Verde Ltda. (*)	Transporte	Ativa	0,20	99,50
Midway S.A. – Crédito Financiamento e	_			
Investimento (**)	Financeiro	Ativa	50.000	0,01
Riachuelo Participações Ltda. (***)	Participações	Ativa	<u>-</u>	-

(b) Mapa de movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos está apresentada a seguir:

	Lojas Riachuelo S.A	Lucros dos estoques não realizado	Midway Shoppng Center Ltda.	Transp. Verde Ltda.	Midway Crédito Financ. e Investimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.256.735	(57.918)	208.643	7.199	72	2.414.731
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	(16.260)	8.423	44.543	10	21	36.737
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	15	-	-	-	-	15
Dividendos		-	(42.316)		(4)	(42.320)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.540.490	(49.495)	210.870	7.209	89	2.709.163
Aumento de Capital (*)	300.000	-	-	-	-	300.000
Equivalência patrimonial	(95.790)	3.532	48.070	742	21	(43.425)
Ajuste de avaliação patrimonial de controladas	(225)	-	-	-	-	(225)
Dividendos		-	(45.667)		(41)	(45.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.744.475	(45.963)	213.273	7.951	69	2.919.805

^(*) Em 20 de dezembro de 2016, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 300.000 para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações. No exercício de 2015 em 11 de dezembro a controlada Lojas Riachuelo, aumentou o capital social em R\$ 300.000, composto de R\$ 264.984 de duplicatas, de dividendos a pagar de 2014 no valor de R\$ 30.766 e aluguel a pagar de R\$ 4.250, totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações.

^(*) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 0,50% de participação. (**) A controlada Lojas Riachuelo S.A. possui o controle com 99,99%. (***) A controladora possui uma quota e a controlada Lojas Riachuelo S.A. possui 50.004.999 quotas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Informações sobre as investidas

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas estão descritas a seguir:

I – Balanço patrimonial sintético

	Lojas Riachuelo	Midway Shopping	Transportadora Casa	Midway S.A. – Crédito, Financ.
31 de dezembro de 2016	S.A.	Center Ltda.	Verde Ltda.	Investimento
Circulante				
Ativo	2.629.067	36.090	8.124	3.435.045
Passivo	(1.872.422)	(11.252)	(1.225)	(2.913.321)
Ativo circulante líquido	756.645	24.838	6.899	521.724
Não circulante				
Ativo	2.661.988	192.640	2.753	195.669
Passivo	(674.158)	(4.205)	(1.662)	(28.282)
Ativo não circulante líquido	1.987.830	188.435	1.091	167.387
Patrimonio líquido	2.744.475	213.273	7.990	689.111
31 de dezembro de 2015	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2015 Circulante		Shopping	Casa	•
	S.A. 2.170.033	Shopping	Casa	Crédito, Financ.
Circulante	S.A.	Shopping Center Ltda.	Casa Verde Ltda.	Crédito, Financ. Investimento
Circulante Ativo	S.A. 2.170.033	Shopping Center Ltda.	Casa Verde Ltda. 7.091	Crédito, Financ. Investimento
Circulante Ativo Passivo	S.A. 2.170.033 (1.766.011)	Shopping Center Ltda. 33.283 (15.651)	Casa Verde Ltda. 7.091 (1.063)	Crédito, Financ. <u>Investimento</u> 2.824.374 (2.102.818)
Circulante Ativo Passivo Ativo circulante líquido Não circulante Ativo	S.A. 2.170.033 (1.766.011) 404.022 2.814.552	Shopping Center Ltda. 33.283 (15.651) 17.632	Casa Verde Ltda. 7.091 (1.063) 6.028	Crédito, Financ. Investimento 2.824.374 (2.102.818) 721.556
Circulante Ativo Passivo Ativo circulante líquido Não circulante	S.A. 2.170.033 (1.766.011) 404.022	Shopping Center Ltda. 33.283 (15.651) 17.632	Casa Verde Ltda. 7.091 (1.063) 6.028	Crédito, Financ. Investimento 2.824.374 (2.102.818) 721.556
Circulante Ativo Passivo Ativo circulante líquido Não circulante Ativo	S.A. 2.170.033 (1.766.011) 404.022 2.814.552	Shopping Center Ltda. 33.283 (15.651) 17.632	Casa Verde Ltda. 7.091 (1.063) 6.028	Crédito, Financ. Investimento 2.824.374 (2.102.818) 721.556

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

II – Demonstração do resultado sintético

31 de dezembro de 2016	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
Receitas	4.266.314	66.717	17.350	1.601.207
Despesas operacionais	(4.518.809)	(9.936)	(16.260)	(1.223.253)
Lucro (Prejuizo) antes do imposto de renda e da contribuição social Despesa do imposto de renda e da	(252.495)	56.781	1.090	377-954
contribuição social	156.705	(8.711)	(345)	(167.845)
Lucro (Prejuízo) líquido	(95.790)	48.070	745	210.109
Dividendos/Lucros de controladas	-	45.667	-	41
31 de dezembro de 2015	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2015 Receitas	S.A.	Shopping	Casa Verde Ltda.	Crédito, Financ. Investimento
		Shopping Center Ltda.	Casa	Crédito, Financ.
Receitas	S.A. 4.073.907	Shopping Center Ltda. 61.703	Casa Verde Ltda.	Crédito, Financ. Investimento
Receitas Despesas operacionais Lucro (Prejuizo) antes do imposto de renda e da contribuição social	S.A. 4.073.907 (4.203.995)	Shopping Center Ltda. 61.703 (8.389)	Casa Verde Ltda. 17.365 (17.350)	Crédito, Financ. Investimento 1.380.307 (1.060.420)
Receitas Despesas operacionais Lucro (Prejuizo) antes do imposto de renda e da contribuição social Despesa do imposto de renda e da	S.A. 4.073.907 (4.203.995) (130.088)	Shopping Center Ltda. 61.703 (8.389) 53.314	Casa Verde Ltda. 17.365 (17.350)	Crédito, Financ. Investimento 1.380.307 (1.060.420) 319.887

III – Demonstração do resultado abrangente sintético

31 de dezembro de 2016	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda.	Transportadora Casa Verde Ltda.	Midway S.A. – Crédito, Financ. Investimento
Lucro (Prejuízo) líquido	(95.790)	48.070	745	210.109
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			<u>-</u>	(224)
Ganho líquido de ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponiveis para venda	-	-	-	(410)
Imposto de renda e contribuição social relacionados a componentes de outros resultyados abrangentes				186
Total do resultado abrangentes do exercicio	(95.790)	48.070	745	209.885
	Lojas Riachuelo	Midway Shopping	Transportadora Casa	Midway S.A. –
31 de dezembro de 2015	S.A.	Center Ltda.	Verde Ltda.	Crédito, Financ. Investimento
31 de dezembro de 2015 Lucro (Prejuízo) líquido				
Lucro (Prejuízo) líquido Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado Ganho líquido de ajuste ao valor justo de ativos financeiros	S.A.	Center Ltda.	Verde Ltda.	Investimento 207.656
Lucro (Prejuízo) líquido Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	S.A.	Center Ltda.	Verde Ltda.	Investimento 207.656

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IV - Demonstração dos fluxos de caixa sintética

				Controladas
		2017		2016
	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda	Transp. Casa Verde Ltda	Midway S.A. Crédito Financ. Investimento
Fluxos de caixa das atividades operacionais Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais Juros pagos Imposto de renda pago	287.678 (55.103)	58.282 (161) (8.460)	1.254 (74) (214)	645.566 - (226.538)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	232.575	49.661	966	419.028
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(692.512)	998	(270)	(243)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	477.929	(50.685)	(709)	(188.161)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	17.992	(26)	(13)	230.624
Caixa, equivalentes de caixa e contas garantidas no início do exercício	78.039	244	137	288.720
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	96.031	218	124	519.344
				Controladas 2015
	Lojas Riachuelo S.A.	Midway Shopping Center Ltda	Transp. Casa Verde Ltda	Midway S.A. Crédito Financ. Investimento
Fluxos de caixa das atividades operacionais Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais Juros pagos Imposto de renda pago	328.158 (62.477)	55.246 (387) (8.518)	782 (74) (3)	(73.175) 59.853
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	265.681	46.341	705	(13.322)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(369.443)	(1.468)	-	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	126.107	(44.774)	(709)	
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa Caixa, equivalentes de caixa e contas garantidas	22.345	99	(4)	(13.322)
no início do exercício	55.694	145	141	302.042
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	78.039	244	137	288.720

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção E - Notas explicativas relevantes selecionadas

8 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos financeiros: Explicativa 2016 2015 2016 2015 Ativos financeiros: Bisponível para venda Títulos e valores mobiliários 11 10.197 16.040 336.951 222.135 Empréstimos e recebíveis: Caixa e equivalentes de caixa 10 226 211 616.363 367.355 Contas a receber de clientes 13 357.718 294.759 2.750.165 2.498.525 Valor justo por meio de resultda 12 - - - 63.528 Instrumentos financeiros derivativos 12 20 - - - 63.528 Passivos financeiros Explicativa 2016 2015 2016 2015 2016 2015 Passivos financeiros Explicativa 2016 2015 2016 2015 2016 2015 Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 1.200 1.200 1.200 1.200 1.200 1.200 1.200 1.200 1.200 1.200		Nota	Co	ntroladora	Consolidado		
Disponível para venda Títulos e valores mobiliários 11 10.197 16.040 336.951 222.135 Empréstimos e recebíveis: Caixa e equivalentes de caixa 10 226 211 616.363 367.355 Contas a receber de clientes 13 357.718 294.759 2.750.165 2.498.552 Valor justo por meio de resultda 12 - - - 63.528 Instrumentos financeiros derivativos 12 - - - 63.528 As custo amortizado Explicativa 2016 2015 2016 2015 Passivos financeiros: Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43		Explicativa	2016	2015	2016	2015	
Títulos e valores mobiliários 11 10.197 16.040 336.951 222.135 Empréstimos e recebíveis: Caixa e equivalentes de caixa 10 226 211 616.363 367.355 Contas a receber de clientes 13 357.718 294.759 2.750.165 2.498.552 Valor justo por meio de resultda 12 - - - - 63.528 Instrumentos financeiros derivativos 12 - - - 63.528 Nota Consolidado Explicativa 2016 2015 2016 2015 Passivos financeiros: Ao custo amortizado Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 -	Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa 10 226 211 616.363 367.355 Contas a receber de clientes 13 357.718 294.759 2.750.165 2.498.552 Valor justo por meio de resultda 12 - - 63.528 Another the contained on the contained of the contained on the c	Disponível para venda						
Caixa e equivalentes de caixa 10 226 211 616.363 367.355 Contas a receber de clientes 13 357.718 294.759 2.750.165 2.498.552 Valor justo por meio de resultda Instrumentos financeiros derivativos 12 - - - 63.528 368.141 311.010 3.703.479 3.151.570 Passivos financeiros: Nota Consolidado Explicativa 2016 2015 2016 2015 Passivos financeiros: Ao custo amortizado Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Títulos e valores mobiliários	11	10.197	16.040	336.951	222.135	
Contas a receber de clientes 13 357.718 294.759 2.750.165 2.498.552 Valor justo por meio de resultda 12 - - - 63.528 368.141 311.010 3.703.479 3.151.570 Passivos financeiros: Ao custo amortizado Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Empréstimos e recebíveis:						
Valor justo por meio de resultda 12 - - 63.528 368.141 311.010 3.703.479 3.151.570 Nota Common de resultdo and Explicativa 2016 2015 2016 2015 Passivos financeiros: Explicativa 2016 2015 2016 2015 Ao custo amortizado Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado 1 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Caixa e equivalentes de caixa	10	226	211	616.363	367.355	
Instrumentos financeiros derivativos 12	Contas a receber de clientes	13	357.718	294.759	2.750.165	2.498.552	
Nota Controladora Consolidado Passivos financeiros: Explicativa 2016 2015 2016 2015 Ao custo amortizado Sempréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Valor justo por meio de resultda						
Nota Consolidado and Explicativa Consolidado and Expli	Instrumentos financeiros derivativos	12	-	-	-	63.528	
Passivos financeiros: Explicativa 2016 2015 2016 2015 Ao custo amortizado Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -		_	368.141	311.010	3.703.479	3.151.570	
Passivos financeiros: Explicativa 2016 2015 2016 2015 Ao custo amortizado Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -		-		· ·			
Passivos financeiros: Ao custo amortizado 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -		Nota	Conn	troladora		Consolidado	
Passivos financeiros: Ao custo amortizado 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -		Explicativa	2016	2015	2016	2015	
Empréstimos e Financiamentos 20 8.653 13.076 1.234.338 1.418.077 Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Passivos financeiros:						
Debêntures 21 - - 201.326 - Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 - - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Ao custo amortizado						
Certificados de recebiveis imobiliários 22 154.978 - 154.978 - Valor justo por meio de resultado Instrumentos financeiros derivativos 12 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 74.481 -	Empréstimos e Financiamentos	20	8.653	13.076	1.234.338	1.418.077	
Valor justo por meio de resultado 12 - - 152.174 - Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Debêntures	21	-	-	201.326	-	
Valor justo por meio de resultado 12 - - 152.174 - Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -							
Instrumentos financeiros derivativos 12 - - 152.174 - Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1 - - 74.481 -	Certificados de recebiveis imobiliários	22	154.978	-	154.978	-	
Fornecedores 19 43.440 37.489 379.403 502.447 Fornecedores - "Confirming" 19.1	Valor justo por meio de resultado						
Fornecedores - "Confirming" 19.1		12	-	-	152.174	-	
	Fornecedores	19	43.440	37.489	379.403	502.447	
207.071 50.565 2.196.700 1.920.524	Fornecedores - "Confirming"	19.1				<u> </u>	
		<u>-</u>	207.071	50.565	2.196.700	1.920.524	

A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não praticam instrumentos financeiros para fins especulativos.

A Administração da Companhia e de suas controladas considera que os instrumentos financeiros registrados em suas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil correspondem substancialmente aos montantes que seriam obtidos caso fossem negociados no mercado.

O saldo da rubrica "Empréstimos e Financiamentos" são atualizados monetariamente com base nos índices de mercado (TJLP) e taxas contratuais (Nota 17); portanto, o saldo devedor registrado no fim de cada exercício de relatório está próximo do valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários registrados pela Companhia foram classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e mensuradas pelo valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos no patrimônio líquido.

Os saldos registrados no consolidado, representados por LFT's e LTN's da controlada indireta Midway Financeira, em 31 de dezembro de 2016, estão classificados como títulos e valores mobiliários como investimentos de curto prazo, no montante de R\$ 336.951 (R\$ 222.135 em 31 de dezembro de 2015), conforme Nota 11, classificadas como disponíveis para venda e reconhecidas pelo valor justo com os ganhos e perdas no valor justo não realizadas reconhecidos no patrimônio líquido.

O valor justo destes ativos financeiros foi determinado com base em modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

As contas a receber e o caixa e equivalentes de caixa são classificadas como "Empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração no valor justo dos ativos disponíveis para venda é efetuada através de preços cotados em mercados ativos para ativo, e para ativos e passivos idênticos (Nível I).

Qualidade do crédito dos ativos financeiros 9

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

O caixa da companhia é aplicado em Títulos da Midway Financeira, que são letras de câmbio com rentabilidade de 102% do CDI CETIP.

O caixa do Grupo é aplicado em Títulos Públicos Federais indexados ao SELIC (LFTs) e operações compromissadas de 1 dia com instituições AAA.

Carteira de crédito

			2016
Nível de risco(*)	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
A	1.977.592	-	1.977.592
В	67.439	37.863	105.302
C	57.997	49.721	107.718
D	39.382	50.322	89.704
E	28.099	56.592	84.691
F	20.453	59.169	79.622
G	13.135	55.414	68.549
Н	55.039	383.369	438.408
=	2.259.136	692.450	2.951.586
			2015
Nível	Créditos	Créditos	Total das
de risco(*)	a vencer	vencidos	operações
	2.120.726		2 120 -26
A	2.128.726	-0	2.128.726
В	64.794	38.421	103.215
C	60.938	53.047	113.985
D	42.669	58.639	101.308
E	30.884	67.194	98.078
F	23.029	71.042	94.071
G	17.213	66.376	83.589
Н -	48.593	354.395	402.988

^(*) Referem-se a categoria de risco previstas pelas normas do BACEN.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Caixa e equivalentes de caixa

Cont	roladora	C	Consolidado	
2016	2015	2016	2015	
107 119	125 86	97.251 519.112	79.149 288.206	
226	211	616.363	367.355	
	2016 107 119	107 125 119 86	2016 2015 2016 107 125 97.251 119 86 519.112	

(a) O saldo de aplicação financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estava relacionado à controlada indireta Midway Financeira, e estavam aplicados em Letras Financeiras do Tesouro – LFTs (títulos públicos escriturais), indexados à variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, com conversibilidade imediata ou com o prazo original igual ou inferior a 90 dias.

11 Títulos e valores mobiliários

(a) Composição do saldo

		Controladora		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015		
Letras de Câmbio - MTM	10.197	16.040	-	-		
Letras do Tesouro Nacional – LTN			336.951	222.135		
Total	10.197	16.040	336.951	222.135		

(b) Mapa de movimentação do saldo

	Co	<u>ontroladora</u>		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	16.040	29.244	222.135	196.122
Aplicação	304.689	15.040	308.094	72.477
Resgate	(314.769)	(30.636)	(227.127)	(71.031)
Reultados abrangentes		-	(224)	15
Juros/MTM	4.237	2.392	34.073	24.552
Saldo Final	10.197	16.040	336.951	222.135

As aplicações financeiras da Companhia no valor de R\$ 10.197 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 16.040 em 31 de dezembro de 2015), da controlada Midway Shopping Center Ltda. no valor de R\$ 20.078 (R\$ 17.486 em 31 de dezembro de 2015) e da controlada Transportadora casa Verde Ltda. no valor de R\$ 4.488 (R\$ 3.925 em 31 de dezembro de 2015), foram eliminadas na consolidação das demonstrações financeiras, uma vez que, as aplicações são efetuadas na controlada Midway Financeira.

A carteira de títulos da controlada indireta Midway Financeira estava composta por títulos públicos escriturados e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC). O valor justo dos ativos financeiros foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais. Os títulos públicos classificados como disponíveis para venda estavam distribuídos conforme Nota 4.3.

12 Instrumentos financeiros derivativos

		Consolidado
	2016	2015
Instrumentos Financeiros Derivativos Total	(152.174) (152.174)	63.528 63.528

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada Lojas Riachuelo têm o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio em determinados empréstimos em moeda estrangeira, e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2016, o portfólio de derivativos pode ser resumido conforme tabela a seguir:

					Co	nsolidado
		_	Valor	referencial (nacional)	v	alor justo
Instrumen	Objeto de nto proteção	Contraparte do valor principal	2016	2015	2016	2015
Swap	Taxa de câm bi	o Bradesco	169.444	212.927	(32.320)	27.993
Swap	Taxa de câm b	o Santander	261.400	100.000	(64.685)	32.715
Swap	Taxa de câm b	o Itau	200.000	200.000	(55.169)	2.820
		_	630.844	512.927	(152.174)	63.528

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia é o *Marked-to-Market* (MtM), que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

A controlada Lojas Riachuelo S.A. contratou operações de Swap com o objetivo de minimizar os efeitos das mudanças das taxas de câmbio. Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com instituições financeiras de primeira linha, no Brasil.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos trimestralmente no resultado, considerando-se o valor justo desses instrumentos. A provisão para os ganhos não realizados é reconhecida na conta "Instrumentos financeiros derivativos", no balanço patrimonial, e a contrapartida no resultado é na rubrica "Resultado financeiro". A Companhia não aplica a contabilidade de *hedge*.

	Consolidado		
	2016 201		
Saldo inicial	63.528	6.057	
Variação Cambial	(215.702)	57.471	
Saldo Final	(152.174)	63.528	

13 Contas a receber de clientes

(a) Composição do saldo

		Controladora			
	2016	2015	2016	2015	
Empresa controlada (*)	355.809	291.856	3.387.936	-	
Cartões de créditos e outros	2.009	3.003		3.143.518	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100)	(100)	(637.771)	(644.966)	
Total	357.718	294.759	2.750.165	2.498.552	

^(*) Refere-se ao saldo de contas a receber com a controlada Lojas Riachuelo. O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de produtos é de 30 a 60 dias da data do faturamento.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(100)	(360.395)
Constituições/reversões	-	(571.310)
Baixas	<u>-</u>	286.739
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(100)	(644.966)
Constituições/reversões	- `	(630.003)
Baixas		637.198
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(100)	(637.771)

O saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2016 é composto por R\$ 100 (R\$ 100 em 2015) da Companhia, R\$ 636.563 (R\$ 644.072 em 2015) da Midway Financeira e com R\$ 1.108 (R\$ 793 em 2015) do Midway Shopping Center Ltda.

(c) Composição das operações nos correspondentes níveis de risco/qualidade do crédito da Midway Financeira

	2016			
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	1.977.592	-	1.977.592	9.888
B - Vencidos até 30 dias	67.439	37.863	105.302	1.053
C - Vencidos de 31 até 60 dias	57.997	49.721	107.718	3.232
D - Vencidos de 61 até 90 dias	39.382	50.322	89.704	8.970
E - Vencidos de 91 até 120 dias	28.099	56.592	84.691	25.407
F - Vencidos de 121 até 150 dias	20.453	59.169	79.622	39.811
G - Vencidos de 151 até 180 dias	13.135	55.414	68.549	47.984
H - Vencidos acima de 180 dias	55.039	383.369	438.408	438.408
Provisão complementar			_	61.810
Total	2.259.136	692.450	2.951.586	636.563

Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito	21,57%

	2015			
Nível de Risco/ Qualidade do crédito	Créditos a Vencer	Créditos Vencidos	Total das Operações	Provisão Constituída
A - A vencer	1.787.219	-	1.787.219	8.936
B - Vencidos até 30 dias	64.795	38.421	103.216	1.032
C - Vencidos de 31 até 60 dias	60.938	53.048	113.986	3.420
D - Vencidos de 61 até 90 dias	42.669	58.639	101.308	10.131
E - Vencidos de 91 até 120 dias	30.884	67.194	98.078	29.423
F - Vencidos de 121 até 150 dias	23.029	71.041	94.070	47.035
G - Vencidos de 151 até 180 dias	17.213	66.377	83.590	58.513
H - Vencidos acima de 180 dias	48.593	354.395	402.988	402.988
Provisão complementar				82.594
Total	2.075.340	709.115	2.784.455	644.072

Percentual de Provisão sobre a Carteira de Crédito 23,13%

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Renegociações da Midway Financeira

As operações renegociadas totalizaram o montante de R\$ 409.638 (R\$ 331.778 em 2015) no exercício. Os recebimentos de operações recuperadas totalizaram o montante de R\$ 32.537 (R\$ 30.319 em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os saldos de contas a receber por data de vencimento estavam assim apresentados:

I - Empresas controladas

	2016	2015
A vencer de 61 a 90 dias	91.819	38.931
A vencer de 31 a 60 dias	99.530	109.144
A vencer até 30 dias	109.726	141.162
Total a vencer	301.075	289.237
Vencidos até 30 dias	54.734	2.619
Vencidos de 61 a 90 dias		-
Total vencido	54.734	2.619
Total	355.809	291.856

Em 20 de dezembro de 2016, foram utilizadas duplicatas no montante de R\$ 300.000 para aumento do capital social na controlada Lojas Riachuelo, que foi totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações. No exercício de 2015 em 11 de dezembro a controlada Lojas Riachuelo, aumentou o capital social em R\$ 300.000, composto de R\$ 264.984 de duplicatas, de dividendos a pagar de 2014 no valor de R\$ 30.766 e aluguel a pagar de R\$ 4.250, totalmente integralizado com a emissão de 194.116 mil novas ações (Nota 7).

II – Cartões de créditos e outros

	Controladora			Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
A vencer há mais de 180 dias		-	157.363	137.977	
A vencer de 91 e 180 dias	103	142	413.555	378.950	
A vencer de 61 e 90 dias	117	112	300.535	279.396	
A vencer de 31 e 60 dias	152	198	441.654	412.557	
A vencer até 30 dias	238	81	1.378.851	1.220.921	
Total a vencer	610	533	2.691.958	2.429.801	
Vencidos até 30 dias	53	25	48.343	50.232	
Vencidos de 31 e 60 dias	19	371	60.796	67.648	
Vencidos de 61 e 90 dias	4	6	57.170	69.003	
Vencidos de 91 e 180 dias	174	1.015	176.070	213.877	
Vencidos há mais de 180 dias	1.149	1.053	353.599	312.957	
Total Vencido	1.399	2.470	695.978	713.717	
Total	2.009	3.003	3.387.936	3.143.518	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Estoques

(a) Composição do saldo

	C	<u>ontroladora</u>	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Produtos acabados e mercadorias para revenda	9.632	7.382	479.748	512.286	
Produtos em elaboração	17.534	20.886	17.534	20.886	
Matérias-primas	79.750	75.407	79.750	75.407	
Materiais secundários e outros	46.495	51.519	62.284	65.865	
Importação em andamento	7.766	9.179	46.326	82.923	
Materiais em trânsito	28	552	28	552	
Provisão para perdas de inventário			(23.399)	(13.031)	
Total	161.205	164.925	662.271	744.888	

(b) Movimentação da Provisão para perdas de inventário

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(11.845)
Constituições	(9.183)
Baixa da provisão por utilização	7.997
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(13.031)
Constituições	(20.740)
Baixa da provisão por utilização	10.372
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(23.399)

O custo dos estoques reconhecido no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$ 723.867 (R\$ 674.068 em 2015) na controladora e R\$ 2.347.425 (R\$ 2.181.132 em 2015) no consolidado.

15 Tributos a recuperar

		Cc	<u>ontroladora</u>		Consolidado
	Nota	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e					
Serviços – ICMS – Ativo Imobilizado	(a)	398	731	43.993	49.850
ICMS a compensar	(b)	5.145	-	38.496	17.267
Imposto de Renda	(c)	48.316	4.688	157.505	99.767
Contribuição Social	(d)	54.711	3.716	92.519	30.206
Programa de Integração Social – PIS e	(e)				
Contribuição para o Financiamento da					
Seguridade Social – COFINS a compensar		-	-	95.479	67.342
INSS a recuperar	(f)	14.793	-	33.753	7.202
Imposto Produtos Industrializados - IPI	(g)	735	641	735	641
Outros			3	2.528	27.766
Total		124.098	9.779	465.008	300.041
		0	0-		
Circulante		108.907	9.289	347.493	154.522
Não Circulante		15.191	490	117.515	119.049

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Representa os valores de créditos de ICMS proferida pela Lei Complementar nº 102/2000 referente a compra de ativo imobilizado, a serem apropriados na apuração do ICMS na razão 1/48 avos.
- (b) Créditos de ICMS a serem recuperados na apuração do mês seguinte. O aumento nos créditos de ICMS no consolidado foi decorrente da elevação do volume de compras da controlada Lojas Riachuelo na formação do estoque, para o evento "Moda casa".
- (c) Imposto de renda sobre aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, bem como imposto de renda recolhidos a maior em 2016 e nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.
- (d) Saldo de contribuição social recolhidos a maior em 2016 e nos exercícios anteriores, a serem compensados durante os exercícios seguintes.
- (e) PIS e COFINS nas aquisições de imobilizado pela controlada Lojas Riachuelo, além disso em 2016 a controlada Midway financeira baseado em seus assessores jurídicos recuperou PIS e COFINS sobre a receita de juros não realizados em decorrência da renegociação de divida de clientes pagos a maior nos exercícios anteriores no montante de R\$ 39 milhões.
- (f) Recuperação de créditos na área previdenciária a serem compensados nos exercícios seguintes
- (g) Créditos de IPI a compensar oriundos da compra de matérias-primas e insumos pela controladora, que a cada trimestre são compensados com outros tributos, principalmente relacionados ao PIS e a COFINS.

16 Propriedade para investimento

(a) Composição do saldo

A propriedade para investimento corresponde ao empreendimento Midway Mall e foi inicialmente mensurada pelo seu custo e a Administração da Companhia decidiu manter este método de avaliação, por refletir seu negócio de forma mais apropriada.

					Consolidado
	'-			2016	2015
	Vida útil estimada (em		Depreciação		
	anos)	Custo	acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Propriedade para investimento construída	40	281.181	(89.050)	192.131	199.094

Taxa média ponderada dos itens sendo mais significativa a propriedade para investimento cuja vida útil de 47 anos está suportada por laudo de avaliação de especialistas.

(b) Mapa de movimentação do saldo

		Consolidado
	2016	2015
Saldo inicial Depreciações Baixas	199.094 (6.939) (24)	206.296 (7.202)
Saldo final	192.131	199.094

A despesa com depreciação no montante de R\$ 6.939 (R\$ 7.202 em 2015), encontra-se registrada como despesas gerais e administrativas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os principais valores reconhecidos no resultado do exercício em relação às propriedades para investimentos estão a seguir:

Descrição	2016	2015
Receitas Despesas operacionais	66.717 (9.936)	61.703 (8.390)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social Despesa do imposto de renda e da	56.781	53.313
contribuição social	(8.711)	(8.770)
Lucro (Prejuízo) líquido	48.070	44.543
Dividendos/Lucros de controladas	45.667	42.317

A propriedade para investimento está livre de quaisquer restrições quanto à possibilidade de alienação.

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens de propriedade de investimento.

(c) <u>Metodologia para determinação do valor justo</u>

A avaliação da propriedade para investimento foi preparada de acordo com os dados divulgados pela Morning Star Inc, sediada nos Estados Unidos, bem como algumas projeções e taxas divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

A metodologia adotada para determinar o valor de mercado (valor justo) da propriedade para investimento em operação envolveu a elaboração de premissas relacionadas a projeções de ganhos e perdas para 10 anos da propriedade para investimento, adicionadas ao valor residual, que corresponde a uma perpetuidade calculada com base nos ganhos líquidos do último ano projetado com alguns ajustes no fluxo de caixa e uma taxa de crescimento. Essas projeções são descontadas para a data base da avaliação a uma taxa de desconto correspondente ao retorno mínimo esperado para um ativo de risco semelhante.

As projeções não são previsões do futuro, mas apenas refletem a melhor estimativa do avaliador quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros de cada propriedade. A taxa de rentabilidade projetada segue uma razoabilidade de performance de mercado atrelada aos resultados recentes da operação.

As projeções foram realizadas de forma nominal, ou seja, os efeitos inflacionários foram considerados, sendo utilizado como indicador de reajuste dos preços o IGP-DI, tendo como base as projeções oficiais obtidas no website do Banco Central do Brasil.

Tais projeções refletem a melhor estimativa da Administração quanto à atual visão do mercado relativamente às receitas e aos custos futuros da propriedade.

Após realização do estudo econômico-financeiro, foi determinado um valor justo no montante de R\$ 821.280 para a data de 31 de dezembro de 2016 (R\$ 743.207 em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Imobilizado

(a) Composição do saldo

	_				Controladora
				2016	2015
	Vida útil		Depreciação	Valor	Valor
	estimada (em anos)	Custo	acumulada	líquido	líquido
Imóveis comerciais	25	460.414	(117.848)	342.566	348.619
Imobilizado para uso	5 a 25	501.881	(258.666)	243.215	239.707
Total		962.295	(376.514)	585.781	588.326
	=				
	_				Consolidado
	-			2016	Consolidado 2015
	- Vida útil		Depreciação	2016 Valor	
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação acumulada		2015
Imóveis comerciais		Custo 460.414	acumulada (117.848)	Valor	201 <u>5</u> Valor
Imóveis comerciais Imobilizado para uso	estimada (em anos)		acumulada	Valor líquido	201 <u>5</u> Valor líquido
	estimada (em anos)	460.414	acumulada (117.848)	Valor líquido 342.566	Valor líquido 348.619

17.1 Imóveis Comerciais

(a) Composição do saldo

					Controladora
				2016	2015
	Vida útil		Depreciação	Valor	Valor
	estimada (em anos)	Custo	acumulada	líquido	líquido
Terrenos	-	217.976	-	217.976	217.976
Edifícios	25	241.984	(117.848)	124.136	130.189
Obras em andamento		454	<u>-</u>	<u>454</u>	454
Total		460.414	(117.848)	342.566	348.619

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mapa de movimentação do saldo

<u>-</u>				Controladora
		Imóveis c	omerciais	
			Obras em	
	Terrenos	Edifícios	andamento	Total
<u>Custo</u>				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	217.976	241.984	454	460.414
Saldos em 31 de dezembro de 2015	217.976	241.984	454	460.414
Adições	-	-	-	-
Transferencias	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	217.976	241.984	454	460.414
Depreciação acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(105.737)	-	(105.737)
Despesa de depreciação	-	(6.058)	-	(6.058)
Baixas			-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015		(111.795)	-	(111.795)
Despesa de depreciação	-	(6.053)	-	(6.053)
Baixas			-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016		(117.848)	-	(117.848)
Saldos líquidos em:				
31 de dezembro de 2014	217.976	136.247	454	354.677
31 de dezembro de 2015	217.976	130.189	454	348.619
31 de dezembro de 2016	217.976	124.136	454	342.566

17.2 Imobilizado para uso

(a) Composição do saldo

				(Controladora
				2016	2015
	Vida útil		Depreciação	Valor	Valor
	estimada (em anos)	Custo	acumulada	líquido	líquido
Imóveis	25	114.284	(53.503)	60.781	64.118
Máquinas	16,6	289.241	(153.312)	135.929	131.614
Instalações	20	39.519	(19.599)	19.920	17.275
Móveis e utensílios (*)	5 a 10	40.436	(29.992)	10.444	11.005
Veículos e transportes	5	3.016	(2.260)	756	1.129
Imobilizações em curso	-	15.385		15.385	14.566
Total		501.881	(258.666)	243.215	239.707

 $^{(*) \} Do \ custo \ de \ M\'oveis \ e \ utensílios \ da \ controladora \ no \ valor \ de \ R\$ \ 39.519 \ (R\$ \ 38.179 \ em \ 2015), \ R\$ \ 12.672 \ (R\$ \ 12.193 \ em \ 2015) \ possui \ a \ vida \ \'util \ estimada \ de \ 5 \ anos \ e \ R\$ \ 26.847 \ (R\$ \ 25.861 \ em \ 2015), \ de \ 10 \ anos.$

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	_				Consolidado
				2016	2015
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis	25	138.851	(55.019)	83.832	79.739
Benfeitoria imóveis terceiros	10	1.496.187	(550.094)	946.093	852.166
Máquinas	16,6	288.529	(152.600)	135.929	131.614
Instalações	20	499.918	(390.718)	109.200	134.039
Móveis e utensílios (**)	5 a 10	572.221	(353.164)	219.057	246.752
Veículos e transportes	5	128.651	(66.474)	62.177	61.575
Imobilizado em curso		94.275		94.275	227.611
Total	_	3.218.632	(1.568.069)	1.650.563	1.733.496

^(**) Do custo de Móveis e utensílios do consolidado de R\$ 572.221 (R\$ 538.447 em 2015), R\$ 253.120 (R\$ 238.271 em 2015) possui a vida útil estimada de 5 anos e R\$ 319.101 (R\$ 300.176 em 2015), de 10 anos.

(b) Mapa de movimentação do saldo

							Controladora
				Imobilizado			
				Móveis e	Veículos e	Imobilização	
	Imóveis	Máquinas	Instalações	utensílios	transportes	em curso	Total
Custo							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	113.942	265.830	35.082	36.775	2.877	5.574	460.080
Adições	-	3.950	330	1.681	483	17.063	23.507
Baixas	-	(2.139)	-	(360)	(344)	(2)	(2.845)
Transferências		7.362	624	83		(8.069)	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	113.942	275.003	36.036	38.179	3.016	14.566	480.742
Adições	342	6.093	967	1.071	-	16.177	24.650
Baixas	-	(3.503)	(8)	-	-	-	(3.511)
Transferências		11.648	2.524	1.186		(15.358)	_
Saldos em 31 de dezembro de 2016	114.284	289.241	39.519	40.436	3.016	15.385	501.881
Depreciação acumulada							
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(45.905)	(132.967)	(18.001)	(24.631)	(1.605)	-	(223.109)
Despesa de depreciação	(3.919)	(12.285)	(760)	(2.878)	(436)	-	(20.278)
Baixas	-	1.863	-	335	154	-	2.352
Transferências				-		_	_
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(49.824)	(143.389)	(18.761)	(27.174)	(1.887)	<u> </u>	(241.035)
Despesa de depreciação	(3.679)	(13.221)	(838)	(2.818)	(373)	-	(20.929)
Baixas	-	3.298	-	-	-	-	3.298
Transferências			<u> </u>	-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(53.503)	(153.312)	(19.599)	(29.992)	(2.260)	<u> </u>	(258.666)
Saldos líquidos em:							
31 de dezembro de 2014	68.037	132.863	17.081	12.144	1.272	5.574	236.971
31 de dezembro de 2015	64.118	131.614	17.275	11.005	1.129	14.566	239.707
31 de dezembro de 2016	60.781	135.929	19.920	10.444	756	15.385	243.215

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Consolidado
				Imob	oilizado			
	Imóveis	Benfeitorias imóveis terceiros	Máquinas	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos e transportes	Imobilização em curso	Total
Custo								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	122.993	1.080.388	265.830	495.494	456.048	124.233	54.784	2.599.770
Adições	7.206	97.148	3.951	330	13.730	5.718	355.117	483.200
Baixas	-	(5.101)	(2.140)	-	(551)	(3.927)	(60)	(11.779)
Transferências	-	103.485	7.362	624	69.220	1.539	(182.230)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	130.199	1.275.920	275.003	496.448	538.447	127.563	227.611	3.071.191
Adições	13.914	55.620	6.093	967	17.409	973	83.070	178.046
Baixas	(5.262)	(8.061)	(4.215)	(21)	(1.100)	(11.782)	248	(30.193)
Transferências (*)	-	172.708	11.648	2.524	17.465	11.897	(216.654)	(412)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	138.851	1.496.187	288.529	499.918	572.221	128.651	94.275	3.218.632
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(46.026)	(318.665)	(132.966)	(333.559)	(236.290)	(54.459)	-	(1.121.965)
Despesa de depreciação	(4.434)	(105.178)	(12.285)	(28.850)	(55.749)	(12.007)	-	(218.503)
Baixas		89	1.862	-	344	478		2.773
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(50.460)	(423.754)	(143.389)	(362.409)	(291.695)	(65.988)	-	(1.337.695)
Despesa de depreciação	(4.559)	(126.981)	(13.221)	(28.321)	(61.853)	(11.592)	-	(246.527)
Baixas		641	4.010	12	384	11.106	-	16.153
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(55.019)	(550.094)	(152.600)	(390.718)	(353.164)	(66.474)	-	(1.568.069)
Saldos líquidos em:								
31 de dezembro de 2014	76.967	761.723	132.864	161.935	219.758	69.774	54.784	1.477.805
31 de dezembro de 2015	79.739	852.166	131.614	134.039	246.752	61.575	227.611	1.733.496
31 de dezembro de 2016	83.832	946.093	135.929	109.200	219.057	62.177	94.275	1.650.563

^(*) Referem-se aos valores transferidos para o grupo Intangível, razão pelo qual não zeram.

O montante de adição no imobilizado refere-se basicamente a controlada Lojas Riachuelo, na implantação de melhorias no novo centro de distribuição e 6 novas lojas durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 (28 novas lojas e duas remodelações no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Os encargos financeiros incorridos sobre financiamentos não considerados relevantes para serem incluídos no custo de aquisição dos itens do imobilizado.

17.3 Depreciação

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo, efetuaram a última revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado para o exercício de 2016, com o auxílio dos engenheiros da Companhia. Até 31 de dezembro de 2016, não houve alteração em relação às vidas úteis adotadas em 2010. A Companhia procede a esta revisão anualmente.

A depreciação foi apropriada ao custo de produção e mercadorias vendidas e despesas do exercício.

17.4 Imobilizações em andamento

Consolidado:

• Benfeitorias em imóveis de terceiros

As benfeitorias em imóveis de terceiros compreendem, substancialmente, gastos com a reforma ou adaptação das lojas, amortizáveis entre cinco e dez anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Construções em andamento

Refere-se a investimentos na abertura e reforma de lojas, além de melhorias nos centros de distribuição.

17.5 Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")

De acordo com o CPC 01 e IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, intangível e outros ativos que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de se constituir provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado, intangível e outros ativos ao seu valor de recuperação.

18 Intangível

(a) Composição do saldo

					Controladora
				2016	2015
	Vida útil estimada (em anos)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Marcas e patentes	-	116	-	116	85
Gastos com implantação	5	2.312	(2.312)		424
Total		2.428	(2.312)	116	509

					Consolidado
				2016	2015
	Vida útil		Amortização	Valor	Valor
	estimada (em anos)	Custo	acumulada	líquido	líquido
Marcas e patentes	-	1.277		1.277	1.065
Pontos comerciais	(*)	54.508	(21.071)	33.437	34.803
Software	5	117.823	(80.135)	37.688	44.574
Gastos com implantação	5	70.412	(30.009)	40.403	22.450
Total		244.020	(131.215)	112.805	102.892

^(*) Representado por fundo de comércio e direito de uso adquiridos pela Companhia e fundamentado na existência de ponto comercial onde se localizam as lojas da Riachuelo.

Do montante do custo registrado como fundo de comércio, o valor de R\$ 3.000, refere-se a um ativo intangível, comercializável, que não sofre perda de valor em virtude da passagem do tempo, enquanto o direito de uso pago pela utilização da infraestrutura do imóvel, R\$ 51.508 (R\$ 48.572 em 2015), é amortizável entre seis e dez anos, de acordo com os prazos dos contratos de aluguel.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mapa de movimentação do saldo

As movimentações registradas na rubrica "Intangível" foram as seguintes:

					iitioiaaora
		Marcas	e Gas	stos com	
		patente	s imp	lantação	Total
Christia		-		,	
<u>Custo</u> Saldos em 31 de dezembro de 2014 Aquisição			85	2.312	2.397
Saldos em 31 de dezembro de 2015			85	2.312	2.397
Aquisição				2,312	
Saldos em 31 de dezembro de 2016			31		31
Saidos em 31 de dezembro de 2016		1	16	2.312	2.428
Amortização Saldos em 31 de dezembro de 2014 Despesas com amortização				(1.426) (462)	(1.426) (462)
Saldos em 31 de dezembro de 2015				(1.888)	(1.888)
Despesas com amortização				(424)	(424)
Saldos em 31 de dezembro de 2016				(2.312)	
-				(2,312)	(2.312)
Saldos líquidos em:					
31 de dezembro de 2014			85	886	971
31 de dezembro de 2015			85	424	509
31 de dezembro de 2016		1	16	_	116
					C1:1-1-
	Marcas e	Pontos		Gastos com	Consolidado
	patentes	comerciais	Software	implantação	Total
_	patentes	Comerciais	Boitware	mpiantação	Total
Custo			0 - 0		
Saldos em 31 de dezembro de 2014 Adições	1.021	42.692 8.880	80.859	27.966	152.538
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.065	51.572	30.396	15.706 43.672	55.026 207.564
Adições	212	3.269	6.568	26.328	36.377
Baixas	-	(333)	-	-	(333)
Transferências (**)	_	-	_	412	412
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.277	54.508	117.823	70.412	244.020
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2014		(13.078)	(55.642)	(16.947)	(85.667)
Despesa de amortização		(3.691)	(11.039)	(4.275)	(19.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		(16.769)	(66.681)	(21.222)	(104.672)
Despesa de amortização		(4.302)	(13.454)	(8.787)	(26.543)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		(21.071)	(80.135)	(30.009)	(131.215)
Saldos líquidos em:					
31 de dezembro de 2014	1.021	29.614	25.217	11.019	66.871
31 de dezembro de 2015	1.065	34.803	44.574	22.450	102.892
31 de dezembro de 2016	1.277	33.437	37.688	40.403	112.805

Controladora

As adições de softwares no montante R\$ 6.569 (R\$ 15.706 em 2015) no consolidado do exercício de 2016, referem-se a diversos softwares adquiridos para a matriz, para as novas lojas e para o novo Centro Logístico de Guarulhos da controlada Lojas Riachuelo.

^(**) Transferência de gastos com implantação registrados com software de exercícios anteriores.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Fornecedores

	Controladora			Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
Nacionais	43.440	37.489	267.002	342.627	
Estrangeiros			112.401	159.820	
Total	43.440	37.489	379.403	502.447	

O saldo de fornecedores estrangeiros refere-se, em sua maioria, a valores denominados em dólar norteamericano e atualizados até a data final de cada exercício.

19.1 Fornecedores – "Confirming"

Em 2016 a Controlada Lojas Riachuelo firmou convênio com o banco Santander a operação de *"confirming"* para gerir seus compromissos com os fornecedores, as quais permanecem nesta rubrica até a extinção da obrigação. Nesta operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de produtos para o banco Santander.

						Consolidado
Modalidade	Taxa média (%)	Base	Estrutura taxa média (%)	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional						
Fornecedor - "Confirming"	2,19 a.m.	2,8 meses	Desconto	2016	74.481	-
Total Geral					74.481	-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Empréstimos e financiamentos

Moeda Nacional							
Juros de	Nota	Instituição Financeira	Vencimento	Con	ntroladora		Consolidado
				2016	2015	2016	2015
102,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2017	-	-	39.427	148.717
106,00% CDI	(a)	Diversos - Midway S.A. CFI	Até 2017	-	-	83.972	110.447
2,9% a 9,7% a.a. pré-fixada	(b)	Diversos - Guararapes	Até 2017	198	306	198	306
1,42% a 4.08% a.a. mais TJLP/Selic	(c)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	105.656	206.039
1,42% a 4.08% a.a. mais TJLP/Selic	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	194.441	243.777
1,42% a 4.08% a.a. mais TJLP/Selic	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2022	-	-	164.145	-
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(d)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	222	2.842
3,50% a.a.		BNDES - Guararapes	Até 2021	1.027	1.278	1.027	1.278
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Guararapes	Até 2017	89	627	89	627
4,50% a.a.	(e)	BNDES - Midway Shopping	Até 2017	-	-	8	103
4,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	516	3.613
5,00% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	577	941
5,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2019	-	-	8.894	12.128
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(f)	BNDES - Guararapes	Até 2019	6.630	9.993	6.630	9.992
1,42% a 4,52% a.a. mais TJLP/Selic	(f)	BNDES - Guararapes	Até 2021	709	872	709	872
3,00% a.a.	(h)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até 2023	-	-	36.579	43.092
3,50% a.a.	(i)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	544	855
3,50% a.a.	(g)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2021	-	-	25.621	31.422
4,00% a.a.	(j)	BNDES - Lojas Riachuelo	Até 2018	-	-	911	1.366
4,00% a.a.	(j)	BNDES - Transp. Casa Verde	Até 2019		-	1.661	2.371
				8.653	13.076	671.827	820.788
Moeda Estrangeira - Dolar							
4,08% a.a mais variação cambial (*)	(a)	SANTANDER - Miwday S.A. CFI	Até Jan/2017	-	-	136.058	-
3,545% a.a mais variação cambial (*)	(a)	SANTANDER - Midway S.A CFI	Até Mar/2017	-		94.446	-
4,36% a.a mais variação cambial (*)	(k)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até mar/2017	-	-	156.366	-
2,81% a.a mais variação cambial (*)	(k)	ITAU - Lojas Riachuelo	Até Jan/2017	-	-	175.641	207.322
1,92% a.a mais variação cambial (*)	(k)	SANTANDER - Lojas Riachuelo	Até fev/2016	-	-	-	142.228
2,57% a.a mais variação cambial (*)	(k)	BRADESCO - Lojas Riachuelo	Até jul/2016		-	-	247.739
				-	-	562.511	597.289
Total				8.653	13.076	1.234.338	1.418.077
Circulante				3.881	4.736	828.547	836.498
Não-circulante				4.772	8.340	405.791	581.579

		Controladora	Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Empréstimos e financiamentos Instrumentos Financeiros derivativos (*)	8.653	13.076	1.234.338 152.174	1.418.077 (63.528)	
Empréstimos e financiamentos líquidos	8.653	13.076	1.386.512	1.354.549	

^(*) Empréstimos contratadas pela controlada Lojas Riachuelo S.A. para os quais foram contratados instrumentos financeiros do tipo "swap" com a troca da indexação da moeda estrangeira para CDI.

- (a) Corresponde aos empréstimos tomados pela Midway Financeira, junto às pessoas físicas e jurídicas com a finalidade de elevar seus níveis de capital de giro.
- (b) Estão representados pelos financiamentos celebrados entre a Companhia. e as instituições financeiras Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A., referentes aos incentivos do ICMS (PROADI no Rio Grande do Norte e PROVIN no Ceará).
- (c) Recursos utilizados para o capital de giro na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (d) Recursos utilizados pela controlada Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na construção do Teatro Riachuelo. Os juros apurados durante a construção do teatro foram capitalizados. Após a conclusão da expansão e do teatro, os juros passaram a ser alocados diretamente na despesa financeira.
- (e) Recursos liberados à Companhia para a compra de equipamentos para a unidade fabril de Natal e também para a compra de equipamentos no Midway Shopping Center Ltda. na expansão do piso L3 e na montagem do Teatro Riachuelo.
- (f) Recursos liberados à Companhia para ampliação da unidade de Fortaleza/CE e a construção do prédio em Natal/RN onde está instalada o "Call Center" da Lojas Riachuelo.
- (g) Recursos utilizados para compra de equipamentos na reforma e expansão da rede de lojas da controlada Lojas Riachuelo
- (h) Financiamento da aquisição de uma nova aeronave através do Banco Bradesco pela controlada Lojas Riachuelo S.A., para tornar mais ágeis as viagens de acompanhamento das novas lojas inauguradas e a inaugurar.
- (i) Financiamento das aquisições de paleteiras através do Banco Santander pela controlada Lojas Riachuelo S.A.
- (j) Financiamento para aquisição de caminhões para a Lojas Riachuelo e a Transportadora Casa Verde Ltda.
- (k) Financiamento de capital de giro na reforma e expansão da rede lojas da controlada Lojas Riachuelo S.A.

Todos os contratos firmados pela Companhia com o BNDES têm aval dos acionistas controladores e possuem vencimentos previstos até 2021. Os contratos das controladas com o BNDES e o Sandander tem como fiadora a Companhia. Os empréstimos com o Bradesco pelas controladas tem a garantia de Nota Promissória.

Covenants

Os índices das cláusulas contratuais restritivas - "covenants" para o BNDES são calculados anualmente sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas cumpriram com os respectivos "covenants", e estão apresentadas a seguir:

- Manter a margem EBITDA Adaptada(*) não inferior a 12%. A margem EBITDA Adaptada(*) corresponde ao somatório de EBITDA com as receitas financeiras, dividido pela receita líquida. Todas as premissas para o cálculo da margem EBITDA Adaptada são estabelecidas pelo BNDES, conforme cláusulas contratuais. Em 31 de dezembro de 2016 a margem EBITDA Adaptada era de 15,55%;
- A relação Dívida Líquida/Ativo Total deve atender a um índice de até 33%. Em 31 de dezembro de 2016 a relação era de 13,04%;
- Controlar a liquidez corrente num índice mínimo de 1,10. Em 31 de dezembro de 2016 a liquidez corrente era de 1,57.
- (*) Termo e metodologia utilizados de acordo com as condições contratuais estabelecidas entre a Companhia e a instituição financeira.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos é próximo ao seu saldo contábil, uma vez, que o impacto do desconto não é significativo.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As mutações dos empréstimos e financiamentos estão assim apresentadas:

	Controladora			Consolidado
	Não			Não
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2014	5.112	10.509	212.119	790.739
Captações	1.215	2.249	240.792	637.617
Juros e variação cambial	1.115	-	168.286	-
Transferências	4.418	(4.418)	846.777	(846.777)
Amortização de Juros	(961)	-	(63.901)	-
Pagamento de principal	(6.163)	-	(567.575)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.736	8.340	836.498	581.579
Captações	1.035		390.214	327.112
Juros e variação cambial	907	-	(2.050)	-
Transferências	3.568	(3.568)	502.900	(502.900)
Amortização de Juros	(790)	-	(40.412)	-
Pagamento de principal	(5.575)	-	(858.603)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.881	4.772	828.547	405.791

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante estão demonstrados como segue:

Ano de Vencimento	Controladora	Consolidado
2017	3.881	828.467
2018	2.753	137.524
2019	1.560	108.299
2020	424	91.213
2021	35	40.663
2022	-	26.711
2023	-	1.461
Total	8.653	1.234.338

I - Valor justo dos empréstimos

A Companhia e as controladas Lojas Riachuelo e Midway Financeira, optaram por adotar a opção prevista no CPC 38 — Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, de mensurar os empréstimos obtidos, junto ao Bradesco, Santander e Itaú, pelo seu valor justo (*"fair value option"*), considerando sua política de gerenciamento de risco financeiro, tendo em vista que a controladora e as controladas sofreram em seus resultados os efeitos entre o descasamento da contabilização dos empréstimos a custo amortizado e o cálculo das transações para proteção cambial a valor justo.

21 Debêntures

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 10 de junho de 2016, foi aprovado a emissão em 15 de junho de 2016 de debentures em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória pela controlada Lojas Riachuelo S.A., sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão, amortizável em 3 (três) parcelas anuais e pagamentos semestrais de juros.

Características da oferta das debêntures

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Debêntures 1ª Emissão Série Única Quantidade de títulos emitidos 200

Valor total R\$ 200.000.000,00
Remuneração 118,50% da DI
Pagamento de juros Semestrais
Data da emissão 15 de junho de 2016

Moeda Nacional

Vencimento

Juros de	 Instituição Financeira	Vencimento		Consolidado
			2016	2015
118,50% do CDI	SAFRA - Lojas Riachuelo	15/06/2019	201.326	-

15 de junho de 2019

As movimentações das debêntures estão assim apresentadas

		Consolidado
		Não
	Circulante	Circulante
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	-
Captações	-	200.000
Transferencias	66.667	(66.667)
Juros	16.571	-
Amortização de Juros	(15.245)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	67.993	133.333

Os vencimentos da parcela registrada no passivo circulante e não circulante estão demonstrados como segue:

Vencimento	2016
2017	67.993
2018	66.666
2019	66.667
Total	201.326

Covenants

Manter o do Índice Financeiro igual ou inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos).

- I. "Índice Financeiro" significa o índice correspondente à razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado a ser acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas relativas a 31 de dezembro de 2016 em diante;
- II. "<u>Dívida Líquida</u>" significa, com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o somatório, sem duplicação, de (a) todo endividamento bancário líquido das operações de *hedge* (*swap*); (b) todas as obrigações oriundas de operações de mercados de capitais local e internacional; (c) todas as garantias de dívidas de terceiros; subtraído de tal somatório o valor de suas disponibilidades (caixa e aplicações financeiras); e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

III. "EBITDA ajustado" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao encerramento do exercício anual, em linha com a Instrução CVM 527, o lucro líquido, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, "Incentivo Fiscal de IR", considerando que a Companhia opta por utilizar o EBITDA ajustado por entender que o ajuste referente ao "Incentivo Fiscal de IR" contribui para a geração bruta de caixa, já que não representa uma saída de caixa.

O índice apurado em 31 de dezembro 2016 sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo foi de 1,39, estando inferior ao máximo pactuado.

22 Certificados de recebíveis imobiliários

Em 26 de julho de 2016 a Companhia emitiu certificados de recebíveis imobiliários sem garantia real no valor de R\$ 150 milhões atualizados pela taxa final de 99,5% da Taxa DI, com vencimento em 12 de agosto de 2021. Os recursos obtidos serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo. Os gastos com a emissão de certificados de recebíveis imobiliários estão registrados como redutores no passivo, os quais estão sendo apropriados ao resultado mensalmente.

Juros de	Instituição Financeira	Vencimento	Controladora e Consoli		encimento Controladora e Cons	
			31/12/2016	31/12/2015		
99,5% do CDI	GAIA Securitizadora	12/08/2021	154.978	-		
Controladora		Controladora e				
		Consolidado				
-	Descrição	31/12/2016				
Certificados de re	ecebíveis imobiliários	150.000				
(-) Gastos com Cl	RI a amortizar	(3.780)				
Gastos amortizad	los	315				
Juros sobre CRI		8.443				
Total		154.978				
Circulante		34.978				
Não Circulante		120.000				

Os vencimentos da parcela registrada no passivo circulante e não circulante estão demonstrados como segue:

	Posição em
Vencimento	31/12/2016
2.017	37.686
2.018	29.323
2.019	29.323
2.020	29.323
2.021	29.323
Total	154.978

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Salários, provisões e contribuições sociais

	Controladora			Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Provisão de férias e encargos Salários a pagar	12.963 8	6.839 18	93.128 3.058	75.777 1.608
FGTS a recolher	2.327	2.102	8.211	7.451
INSS a recolher	6.585	3.416	31.415	27.168
PIS a recolher	481	425	10.264	10.528
COFINS a recolher	2.337	1.956	49.108	48.698
Encargos de rescisão	1.543	2.684	1.543	2.684
Participações nos lucros	1.600	-	49.624	32.567
Outros	156	104	7.345	5.661
Total	28.000	17.544	253.696	212.142

24 Obrigações com administradores de cartões

A controlada Lojas Riachuelo, por meio da Midway Financeira, oferece o cartão embandeirado aos seus clientes com as bandeiras Visa e Mastercard. O saldo de R\$ 685.566 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 634.031 em 31 de dezembro de 2015) representa as contas a pagar com as adquirentes de cartão de crédito, decorrentes da utilização, pelos seus clientes, do cartão "co-branded" em transações de compra de produtos no varejo em geral, as quais são repassadas as respectivas adquirentes em um prazo de 27 dias da data da transação.

25 Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas direta e indireta são partes envolvidas em processos cíveis, trabalhistas e tributários em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes. A administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

(a) Composição do saldo

	C	ontroladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Provisão por natureza		_	_	_
Trabalhistas		-	31.419	3.290
Fiscais	110.625	104.913	231.362	181.578
Cíveis		-	17.593	16.580
Processuais	8.823	6.422	8.823	6.422
	119.448	111.335	289.197	207.870
Depósito judicial				
Fiscais	(113.012)	(103.215)	(113.012)	(103.215)
Total	6.436	8.120	176.185	104.655

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mapa de movimentação do saldo

A movimentação da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis é a seguinte:

				Controladora
	Fiscal	Cível	Depósito	Total
Calle and a decimal and			(21.2(0)	(122
Saldo em 31 de dezembro de 2014	94.375	4.022	(91.968)	6.429
Constituições	2.005	2.400	-	4.405
Pagamentos	_	-	(2.224)	(2.224)
Encargos	8.533		(9.023)	(490)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	104.913	6.422	(103.215)	8.120
Constituições	1.034	2.401	-	3.435
Pagamentos	(3.173)	-	-	(3.173)
Encargos	7.851		(9.797)	(1.946)
Saldo em 30 de setembro de 2016	110.625	8.823	(113.012)	6.436

						Consolidado
	Fiscal	Trabalhista	Cível	Total	Depósito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	173.944	6.331	15.365	195.640	(91.968)	103.672
Constituição/reversão	(899)	-	12.767	11.868	-	11.868
Pagamento	-	(3.041)	(5.130)	(8.171)	(2.224)	(10.395)
Encargos	8.533			8.533	(9.023)	(490)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	181.578	3.290	23.002	207.870	(103.215)	104.655
Constituição	42.704	24.065	15.961	82.730	-	82.730
Pagamento	(3.173)	(813)	(10.145)	(14.131)	-	(14.131)
Encargos	7.851	-	-	7.851	(9.797)	(1.946)
Transferencia (*)		4.877		4.877	-	4.877
Saldo em 31 de dezembro de 2016	228.960	31.419	28.818	289.197	(113.012)	176.185

0----1: 1- 1-

(c) Processos tributários

(c.1) Controladora

(c.1.1) Processos de natureza fiscal provisionados

• <u>Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS</u>

Em 2007, a Companhia impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) na base de cálculo do PIS (Programa de Integração Social) e da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), tendo obtido medida liminar suspendendo a exigibilidade dos valores questionados. Após a cassação da liminar em 2011, o montante passou a ser depositado judicialmente, e acumulado até 31 de dezembro de 2016, totaliza R\$ 110.625 (até 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$ 100.899). Conforme denota o quadro "Movimentação das Provisões", a Companhia, conservadoramente, optou por provisionar a totalidade dos valores discutidos que apresenta o saldo de R\$ 108.405 em 2016 (R\$ 100.555 em 2015). O parecer de seus assessores jurídicos classifica a probabilidade de perda como possível.

^(*) Valor incluído no item Outros passivos em 31 de dezembro de 2015 referente a Passivos trabalhista da Midway Financeira, que reclassificamos o item Provisão para riscos trabalhistas, a partir de janeiro de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros processos

A Companhia possui ações questionando a cobrança do valor da contribuição do INCRA e a inclusão de verbas indenizatórias na base de cálculo da contribuição previdenciária. Em 31 de dezembro de 2016, a provisão totalizava R\$ 2.220. Há depósito judicial de R\$ 2.387.

A Companhia mantém ainda provisão para perdas processuais no montante de R\$ 8.823 em 31 de dezembro de 2016 (R\$6.422 em 31 de Dezembro de 2015).

		Depósito	
<u>Provisionado</u>	Provisão	Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	108.405	(110.625)	(2.220)
INCRA/INSS	2.220	(2.387)	(167)
Processuais	8.823	-	8.823
Total em 31 de dezembro de 2016	119.448	(113.012)	6.436
<u>Provisionado</u>	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 - PIS/COFINS sobre ICMS	100.555	(100.899)	(344)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Processuais	6.422	-	6.422
Total em 31 de dezembro de 2015	111.335	(103.215)	8.120

Os saldos de depósitos ajuizados cujos processos possuem provisão para riscos tributários no montante de R\$ 113.012 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 103.215 em 31 de dezembro de 2015) estão sendo apresentados como redutores do valor do passivo correspondente.

(c.1.2) Processos de natureza fiscal não provisionados

• <u>Processos 16707.003570/2005-57, 10469.725077/2011-11 e 10469.724403/2014-16 - Lucro da</u> Exploração

A Companhia sofreu autos de infração lavrados na esfera administrativa pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, tendo como objeto a não exclusão das receitas de alugueis da base de cálculo do lucro da exploração, utilização de incentivos fiscais do imposto de renda, no período de 2001 a 2004, de 2006 a 2009 e de 2010 a 2011, cujos valores históricos montam respectivamente a R\$ 111.775, R\$ 29.992 e R\$ 79.778, que atualizados até 31 de dezembro de 2016 representam R\$ 234.842 (devidamente garantido mediante apólice de seguro garantia), R\$ 47.507 e R\$ 106.174 (R\$ 206.295, R\$ 35.584 e R\$ 93.269 valores em 31 de dezembro de 2015.

A administração do Grupo entende, conforme pareceres de tributaristas e dos advogados que acompanham esses processos, que a possibilidade de perda é remota e, assim, nenhuma provisão foi constituída.

(c.2) Consolidado

(c.2.1) Processos de natureza fiscal provisionados

• Ação Ordinária nº 97.0034561-0 - Salário-educação

A Controlada Lojas Riachuelo ingressou com Ação Ordinária nº 97.0034561-0 a fim de questionar a constitucionalidade da contribuição do salário-educação. No entanto, o Supremo Tribunal Federal – STF, através da Súmula 732, julgou constitucional a cobrança da contribuição e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE procedeu a lavratura de Autos de Infração os quais foram impugnados em razão da decadência ocorrida em parte do período objeto da autuação. O valor da provisão atualizado em 31 de dezembro de 2016 com aplicação de multa e juros montam a R\$ 2.764 (R\$ 2.021 em 31 de dezembro 2015).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

• PIS e COFINS - Créditos

A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, efetua a inclusão de despesas consideradas como essenciais para sua atividade-fim na base de apuração de créditos de PIS e COFINS. Mensalmente, tais despesas são consideradas na base de cálculo das referidas contribuições, reduzindo o valor a pagar. A Controlada vem constituindo provisão para riscos sobre tais créditos, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 91.861 (R\$ 74.644 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$ 3.945 foram constituídos em 2016.

• PIS e COFINS – Créditos sobre venda de eletrônicos - Lei do Bem nº 11.196/05

A controlada Lojas Riachuelo, apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, obteve liminar em 2016, reestabelecendo o beneficio previsto na Lei do Bem nº 11.196/05 suspendendo a exigibilidade de PIS e COFINS na venda de produtos eletrônicos, que foi revogada através da Medida Provisória nº 690/2015 convertida na Lei nº 13.241/15. O montante provisionado em 2016 foi de R\$ 23.710

(c.2.2) Processos de natureza trabalhista e cível provisionados

Os principais temas abordados nos processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, equiparação salarial e verbas rescisórias, entre outros. Os processos cíveis correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais, oriundos de seus clientes.

A provisão para esses processos é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso. Os assessores jurídicos internos do grupo fazem a análise individual dos processos, levando em consideração o risco de perda e também se baseando em experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados.

A controlada indireta Midway Financeira, possui processos de natureza cível e trabalhista, cuja provisão constituída em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 28.282 (R\$ 9.346 em 31 de dezembro de 2015). A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de dezembro de 2016 um valor de R\$ 23.132 (R\$ 10.524 em 31 de dezembro de 2015) e na Guararapes Confeções R\$ 8.823 em 31 de dezembro de 2016 (R\$6.422 em 31 de dezembro de 2015) de provisão de natureza trabalhista e cível, totalizando R\$ 60.237 (R\$ 26.292 em 31 de dezembro de 2015).

			Consolidado
		Depósito	
<u>Provisionado</u>	Provisão	Judicial	<u>Líquido</u>
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	108.405	(110.625)	(2.220)
INCRA/INSS	2.220	(2.387)	(167)
Salario-Educação	2.765	-	2.765
PIS/COFINS - Créditos	115.570	-	115.570
Processos de natureza trabalhista e cível	60.237	=	60.237
Total em 30 de setembro de 2016	289.197	(113.012)	176.185

			<u>Consolidado</u>
		Depósito	
<u>Provisionado</u>	Provisão	Judicial	Líquido
Processo 2007.84.00.001176-6 PIS/COFINS sobre o ICMS	100.555	(100.899)	(344)
INCRA/INSS	4.358	(2.316)	2.042
Salario-Educação	2.021	-	2.021
PIS/COFINS - Créditos	74.644		74.644
Processos de natureza trabalhista e cível	26.292	-	26.292
Total em 31 de dezembro de 2015	207.870	(103.215)	104.655

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2.3) Processos possíveis não provisionados

A controlada Lojas Riachuelo possui em 31 de dezembro de 2016 processos tributários no montante de R\$ 252.059 (R\$ 189.861 em 31 de Dezembro de 2015), para os quais seus assessores jurídicos classificam a possibilidade de perda como possível; portanto, não há provisão constituída, conforme determinam as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais IFRS. Os principais processos estão descritos a seguir:

• Processo Judicial nº 92.0066185-8 - PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de 1989 a maio de 1992)

Refere-se ao auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal - SRF, tendo como objetivo a realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral no período de 1989 a maio de 1992, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 3.362 (R\$ 2.956 em 31 de dezembro de 2015).

A Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0066185-8, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, razão pela qual interpôs recurso administrativo que depende de decisão. Esse encargo não foi provisionado tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da controlada, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo.

• Processo Judicial nº 92.0055201-3 - PIS – Auto de infração sobre compensação indevida (período de junho de 1992 a janeiro de 1995)

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF lavrou auto de infração em virtude da realização de compensação de valores de PIS indevidamente calculados sem consideração da base de cálculo semestral a partir de junho de 1992 até janeiro de 1995, cujo valor exigido com aplicação de multa e juros monta a R\$ 24.736 (R\$ 21.731 em 31 de dezembro de 2015) e encontra-se suspenso em virtude de recurso administrativo.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação na via administrativa com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 92.0055201-3, que reconheceu definitivamente direito ao crédito, inclusive com aceite da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN nos autos, razão pela qual decidiu não provisionar esse encargo tendo em vista a legitimidade do crédito reconhecido em favor da Lojas Riachuelo, conforme decisão judicial e avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

Processo Judicial nº 88.0038891-4 - PIS - auto de infração base de cálculo indevida

Tramitava na esfera administrativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SFR, auto de infração, lavrado por aquele órgão, tendo como objeto a realização de compensação de valores relativos ao PIS indevidamente calculados e recolhidos com a inclusão das receitas financeiras na base de cálculo, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 8.439 (R\$ 7.414 em 31 de dezembro de 2015). Atualmente, essa fase administrativa encontra-se encerrada, passando o questionamento para o Judiciário através da execução fiscal nº 0014723-34.2010.403.6182 devidamente garantida por carta de fiança bancária e suspensa pela interposição de Embargos à Execução nº 0026003-02.2010.403.6182.

A controlada Lojas Riachuelo realizou a compensação com base em decisão favorável transitada em julgado no processo judicial nº 88.0038891-4, que reconheceu definitivamente o direito ao crédito em virtude da declaração de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2445/88 e nº 2449/88, razão pela qual se decidiu não provisionar esse encargo, tendo em vista que essa arrecadação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal – STF, com avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Auto de Infração n.º 19515.72081/2013-19 - PIS / COFINS - glosa de créditos

A controlada Lojas Riachuelo S.A. realizou a tomada de créditos de PIS e COFINS sob o regime não-cumulativo de apuração, os quais foram glosados pela Secretaria da Receita Federal – SRF mediante a lavratura de auto de infração n.º 19515.72081/2013-19, cujo valor exigido com a aplicação de multa e juros de mora monta a R\$ 47.242 (R\$ 41.501 em 31 de dezembro de 2015). Houve decisão de parcial procedência do auto de infração, seguida da interposição de recurso administrativo por parte da empresa e que se encontra pendente de julgamento. Não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

• PIS/COFINS/II - Importação

A Secretaria da Receita Federal do Brasil-SRF lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo S.A. em virtude de suposta divergência na base de cálculo do PIS, da COFINS e Imposto de Importação nas operações de importações e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 30.764 (R\$ 26.957 em 31 de dezembro de 2015). A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

• ICMS – base de cálculo

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ BA lavrou autos de infração para a controlada Lojas Riachuelo em virtude de suposta divergência na base de cálculo do ICMS nas operações de transferências entre Centro de Distribuição e Filiais, cujo valor exigido com aplicação de juros e penalidades monta a R\$ 9.878 (R\$ 6.741 em 31 de dezembro de 2015). A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da controlada.

• Contribuições Previdenciárias

A Secretaria da Receita Federal do Brasil- SRF lavrou auto de infração para a controlada Lojas Riachuelo S.A. em virtude de suposta divergência no pagamento das Contribuições Previdenciárias incidentes sobre o programa de participação nos lucros e resultados da empresa -PLR e cujo valor exigido com a aplicação de juros e mora monta a R\$ 14.313 . A discussão está na fase administrativa e não houve constituição de provisão tendo em vista a avaliação de probabilidade de perda possível realizada pelos assessores jurídicos da Lojas Riachuelo S.A.

• Refis – Lei Federal nº 11.941/09

A Controlada Lojas Riachuelo S.A., apoiada no parecer de seus assessores jurídicos, aderiu em dezembro de 2013, ao programa "REFIS da Crise", instituído pelas Leis 11.941/09 e 12.865/13, efetuando o parcelamento do crédito tributário no montante total de R\$ 25.660, (R\$ 22.543 em 31 de dezembro de 2015) em 60 (sessenta) meses, obrigação esta que vem cumprindo desde a data da adesão."

• PIS e COFINS sobre receitas de juros não cobrados

A Midway Financeira baseado no parecer de seus assessores jurídicos referentes as receitas de juros não cobradas no momento da renegociação para efeito de PIS e COFINS no montante de R\$ 39,1 milhões foi considerada como perda possível.

(d) Depósitos judiciais

Os tributos e as obrigações trabalhistas discutidos nas esferas administrativas e judiciais garantidos por depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora		Consolidado
	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015
ICMS - Execução fiscal (*)	-	-	5.596	5.596
Fiscal/INSS	807	807	1.381	1.381
Civel/Trabalhista	5.274	3.990	9.427	6.526
Outros Depósitos			890	748
Total	6.081	4.797	17.294	14.251

^(*) ICMS – Execução fiscal:. Em setembro de 2009, foi ajuizada execução fiscal contra Lojas Riachuelo, em trâmite perante a 11ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro sob o nº 2009.001.228723-0, no valor de R\$ 5.596, decorrente do arbitramento por parte da autoridade fazendária em relação a supostas omissões de saída de mercadorias. Há depósito judicial do montante integral garantindo o débito em discussão, e não há constituição de provisão tendo em vista o parecer de seus assessores jurídicos internos que classificam a probabilidade de perda do processo como possível.

Mapa de movimentação do saldo

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.072	12.322
Depósitos	2.344	3.730
Baixa de depósito	(1.619)	(1.801)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.797	14.251
Depósitos	3.036	6.238
Baixa de depósito	(1.752)	(3.195)
Saldo em 30 de setembro de 2016	6.081	17.294

26 Imposto de renda e contribuição social

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (20% para a Midway Financeira).

O efeito dos impostos diferidos ativos e passivos está apresentado como segue:

		Controladora		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	-	-	215.688	117.503
Contribuição social sobre base negativa			77.648	42.301
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:	-	-	293.336	159.804
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	150.813	166.457
Provisão para contingências e impostos a recolher Custo atribuído	- (75.725)	- (78.425)	130.623 (96.980)	71.706 (98.676)
Outras provisões temporárias	47.155	35.646	32.617	20.543
Total	(28.570)	(42.779)	510.409	319.834
Ativo não circulante	-	-	510.409	319.834
Passivo não circulante	(28.570)	(42.779)		
	(28.570)	(42.779)	510.409	319.834

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora			Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	
Imposto de renda e contribuição social					
sobre prejuízos fiscais	-	-	293.336	159.804	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	150.813	166.457	
Provisão para riscos trabalhista, fiscais e cíveis					
e impostos a recolher	37.588	35.646	163.240	92.249	
Diferenças temporais - CPC	5.462	-	-	-	
Diferenças temporais - Provisão	4.105			_	
Total	47.155	35.646	607.389	418.510	

A expectativa de realização está assim apresentada:

	Consolidado
	2016
2017	3.076
2018	18.191
2019	34.795
2020	50.614
2021	54.496
2022	73.984
2023	58.180
	293.336

As controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis que tomou como base as projeções de rentabilidade futura e o limite de 30% do lucro tributável para compensação anual, conforme legislação vigente, registraram em suas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2016 o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal.

Para os impostos de rendas e contribuições sociais diferidos, referente a Provisão para créditos de liquidação duvidosas, e demais despesas com efeitos temporais, não foram realizados o escalonamento de realização tendo em vista que sua realização não tem data previstas. Nos casos de provisão para as contingências fiscais, trabalhistas e cíveis também a data da realização é incerta, pois depende do resultado do julgamento por parte das esferas administrativas e judiciais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo

	<u>Controladora</u>		Consolidado		
	2016	2015	2016	2015	
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre a adoção aos IFRS e CPCs Total	75.725 75.725	78.425 78.425	96.980 96.980	98.676 98.676	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora	Consolidad		
	2016	2015	2016	2015	
Ajuste de avaliação patrimonial sobre					
a adoção aos IFRS e CPCs	222.724	230.662	285.238	290.224	
Total	222.724	230.662	285.238	290.224	
IR diferido à alíquota de 25%	55.680	57.665	71.309	72.556	
CSLL diferida à alíquota de 9%	20.045	20.760	25.671	26.120	
Total	75.725	78.425	96.980	98.676	

Despesa com imposto de renda e contribuição social

As despesas do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 estão reconciliadas às alíquotas nominais, como segue:

	Controlado	
	2016	2015
Lucro contábil antes do IR e CS	254.663	377.409
Alíquota nominal do IR e CS	34%	34%
IR e CS às alíquotas combinadas	(86.585)	(128.319)
Ajustes ao lucro que afetam o resultado do exercício:		
Adições (exclusões) temporárias:		
Equivalência patrimonial	(14.765)	12.491
Incentivos fiscais - IR	33.727	38.173
Incentivos fiscais - ICMS (a)	27.620	_
IR e CSLL sobre juros capital próprio	30.969	46.204
Créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias	6.046	3.582
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção dos CPCs	8.163	1.882
Despesas Indedutíveis	(1.855)	2.376
Tributos com exigibilidades suspensas	(1.942)	(3.583)
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	61.510	=
Imposto de renda e contribuição social no resultado (corrente e diferido)		
	62.888	(27.194)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Corrente	(12.831)	(32.658)
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	61.510	-
Diferido	14.209	5.464
Total	62.888	(27.194)
Saldo apurado a pagar	12.831	32.658
Pagamentos antecipados	(13.750)	(31.602)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	1.885	829
Imposto de renda e contribuição social a recolher	966	1.885

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	275.495	379.291
Alíquota nominal - %	34	34_
Imposto de renda e contribuição social, nominais	(93.668)	(128.959)
Conciliação		
Diferença de alíquota nominal aplicada na controlada indireta Midway		
Financeira	(36.295)	(22.558)
Diferenças temporárias:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12.452	(61.515)
Incentivos Fiscais - IR	33.727	38.173
Incentivos Fiscais - ICMS (a)	27.620	-
IR e CSLL sobre juros do capital próprio	30.969	46.204
Despesas indedutíveis	(23.651)	10.269
Lucros nos estoques	635	(5.298)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças		
temporárias de exercícios anteriores	21.599	89.194
Créditos fiscais diferidos sobre os efeitos da adoção do CPCs	7.158	5.414
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	61.510	-
Total	42.056	(29.076)
Imposto de renda e contribuição social efetivos:		
Correntes	(209.147)	(247.594)
Recuperação de IRPJ e CSLL recolhidos a maior (b)	61.510	-
Diferidos	189.693	218.518
Total	42.056	(29.076)
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente	209.147	247.594
Pagamentos antecipados	(227.946)	(191.735)
Imposto de renda e contribuição social a recolher anterior	201.002	145.143
Imposto de renda e contribuição social a recolher	182.203	201.002

- (a) A partir de 2016 a Companhia baseado em seus assessores tributários passaram a tratar os incentivos com ICMS (PROADI-RN e PROVIN-CE) como verbas de subvenção.
- (b) Com base no novo tratamento dado aos incentivos fiscais do ICMS, a companhia realizou um levantamento dos valores recolhido a maior nos últimos 5 anos.

A Companhia possui saldo credor de correção monetária especial, instituída pelo Artigo 2º da Lei nº 8.200/91, sujeito à tributação futura, no montante de R\$7.640 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 8.122). Essa correção monetária foi registrada para os imóveis comerciais (Nota 17.1), e o imposto de renda é calculado e contabilizado de acordo com a realização desses bens, por depreciação ou alienação, nos termos da Instrução CVM nº 176/92. O imposto de renda e a contribuição social sobre o referido saldo no valor de R\$ 2.597 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 2.761).

Os créditos diferidos do imposto de renda sobre o lucro líquido, apresentados no ativo não circulante, são calculados sobre as diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social e são contabilizados quando há expectativa provável de realização desses ativos em curto prazo, estando registrados pelas alíquotas que estão vigentes na época da sua realização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 14 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/14 que converteu a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Com a entrada em vigor a Lei nº 12.973/14 a partir de 1º de janeiro de 2015, a Companhia decidiu não antecipar os efeitos desta lei em 2014. A partir de 2015, foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados conforme a legislação societária e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

27 Patrimônio líquido

27.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 está representado por 62.400.000 ações nominativas escriturais, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de abril de 2016, foi autorizada a elevação do capital social da Companhia de R\$ 2.900.000 para R\$ 3.100.000, sem aumento de ações, mediante a capitalização de Reservas de Lucros no montante de R\$ 200.000 (em 14 de abril de 2015, o aumento foi de R\$ 2.600.000 para R\$ 2.900.000).

		Escritural			Escritural	
Acionista	Total _	%	Ordinária	%	Preferencial	%
NEVALDO ROCHA	13.086.127	20,97	5.752.844	18,44	7.333.283	23,50
LISIANE GURGEL ROCHA	13.045.964	20,91	6.122.414	19,62	6.923.550	22,20
ELVIO GURGEL ROCHA	12.801.760	20,52	5.933.210	19,02	6.868.550	22,01
FLAVIO GURGEL ROCHA	12.701.759	20,35	5.833.209	18,70	6.868.550	22,01
OUTROS	10.764.390	17,25	7.558.323	24,22	3.206.067	10,28
TOTAL	62.400.000	100,00	31.200.000	100,00	31.200.000	100,00

O capital social da Companhia é dividido em:

Ações ordinárias

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral.

• Ações preferenciais

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio, fixados pela Assembleia Geral dos Acionistas e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia, além da vantagem de dividendos superiores às ações ordinárias em 10%, nos termos da Lei nº 10.303/01. Adicionalmente, as ações preferenciais estabelecem preferência para subscrição de ações da mesma classe, no aumento do capital social, na proporção do número de ações de cada acionista.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.2 Dividendos e juros sobre capital próprio

A administração da Companhia aprovou, em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22 de março de 2016 e em 23 de junho de 2016, a distribuição a seus acionistas de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP), no montante de R\$ 91.085, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório.

Nas demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório. Cálculo dos juros sobre capital próprio:

Descrição	2016	2015
Patrimônio líquido do exercicio anterior	3.390.108	3.175.773
(-) Ajuste de avaliação patrimonial	(151.493)	(155.940)
Patrimônio líquido ajustado para o calculo da JCP	3.238.615	3.019.833
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP	2,81%	4,50%
Juros sobre capital próprio bruto	91.085	135.895
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	(13.129)	(19.412)
Juros sobre capital próprio líquido a pagar	77.956	116.483
Juros sobre capital próprio bruto por ação		_
Ações ordinárias - ON	1,3902	2,0741
Ações Preferenciais - PN	1,5292	2,2815

Demonstrativo dos cálculos dos dividendos sobre os resultados apurados em 2016 e 2015:

	2016	2015	
Lucro líquido do exercício	317.551	350.215	
Incentivo fiscal do imposto de renda	(33.727)	(38.173)	
Incentivo fiscal do ICMS	(81.236)	-	
Constituição de reserva legal	(10.129)	(15.602)	
Base de cálculo do dividendo	192.459	296.440	
Dividendo mínimo obrigatório	48.115	74.110	
Dividendo proposto	48.115	74.110	
Percentual sobre a base de cálculo - %	25,00	25,00	
	Quantidade de		
	ações	2016	2015
Total de dividendos por tipo de ação:			
Ordinária	31.200.000	22.912	35.290
Preferencial	31.200.000	25.203	38.820
		48.115	74.110
Dividendos por ação			
Ações ordinárias - ON		1,13	1,58
Ações Preferenciais - PN		1,24	1,74

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Comparação dos juros sobre capital próprio com a apuração dos dividendos:

	2016	2015
Dividendos apurados	48.115	74.110
Juros sobre capital próprio liquido	(77.956)	(116.483)
Excesso de Juros sobre capital próprio		
líquido ao dividendos apurados	(29.841)	(42.373)

Nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, refletem somente os juros sobre o capital próprio, tendo em vista que os juros foram superiores ao cálculo dos dividendos mínimo obrigatório demonstrado acima.

Demonstramos a movimentação dos juros sobre capital próprio a seguir:

	2016	2015
Saldo inicial	117.327	115.037
Juros sobre capítal próprio - provisão	91.085	135.895
Pagamento de IRRF	(13.129)	(19.412)
Pagamentos de juros sobre capital proprio (*)	(116.033)	(114.193)
Saldo final	79.250	117.327

(*) Do montante de Juros sobre capital próprio pago, R\$ 24.363 (R\$ 44.268 em 2015) dos acionistas majoritários foram transferidos para partes relacionadas - contrato de mútuo.

Em conformidade com o Art. 4-A da Lei nº 6.474/76, as ações em circulação no mercado estão custodiadas no Banco Itaú S.A.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2016 de R\$ 101.374 (R\$ 160.545 em 31 de dezembro de 2015) foi transferido para uma reserva de lucros e será utilizado na modernização das fábricas e para aumento de capital de giro, conforme orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral que deve ser realizada até 30 de abril de 2017.

27.3 Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro do exercício, até alcançar 20% do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucros, e ao aumento do capital social a qualquer momento a critério da Companhia, o saldo atual em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 116.239.

Reserva de investimentos

Os lucros de 2016, após as apropriações da reserva legal, reserva de incentivos fiscais (SUDENE, PROADI e PROVIN) e a atribuição dos juros sobre capital próprio a serem distribuídos aos acionistas são transferidos para a conta de reserva para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital da Companhia, que deverá ser aprovado pela Assembleia Geral que deve ser realizada em 2017, o saldo atual em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 138.394.

O orçamento de capital da Companhia, com a justificativa de retenção de lucros para a reserva para investimentos propostos para o exercício de 2015, incluindo as fontes de recursos e aplicações de capital, foi aprovado na Assembleia Geral de 12 de abril de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reserva de incentivos fiscais

Imposto de renda

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos de sua fabricação nas unidades fabris localizadas em Natal e Fortaleza. Esses incentivos, concedidos pela SUDENE, consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados em cada unidade fabril, até o ano-base de 2017.

Em dezembro de 2016 foi protocolada junto a SUDENE a proposta de um novo programa para a continuidade do incentivo.

O incentivo fiscal do Imposto de renda vem sendo contabilizado diretamente à conta de imposto de renda no resultado, que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 33.727 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 38.173).

A administração da Companhia está destinando este incentivo, como Reserva de lucros – incentivos fiscais, que deverá ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária. Os recursos promovidos pelo incentivo não são distribuídos como dividendos e serão totalmente incorporados ao capital, exigência contida nas normas da SUDENE, como condições de prestação de contas.

Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços - ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI concedido até agosto de 2023, correspondente a financiamento equivalente a 75% do ICMS devido, corrigido pela TJLP, e amortização com desconto de 99% após carência de 1 mês.

Adicionalmente, a Companhia é beneficiária de incentivos no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, concedidos até maio de 2019, sob a forma de financiamentos equivalentes a 75% do valor do ICMS. Os financiamentos estão sujeitos a juros de 3% a.a. e a atualização monetária com base na variação da TR. A amortização das parcelas ocorrerá com desconto de 99% do valor atualizado, após carência de 2 meses.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da conta de despesas de ICMS por ocasião do pagamento que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 81.236 (em 31 de dezembro de 2015 - R\$ 86.758).

Para operacionalização dos financiamentos, a Companhia mantém contrato firmado com o Bradesco S.A., no Estado do Ceará e a AGN – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A., no estado do Rio Grande do Norte, através de uma conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A.

27.4 Ajuste de avaliação patrimonial

Custo atribuído do imobilizado

Conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia reconheceu o ajuste do valor justo do ativo imobilizado na data da adoção inicial dos CPCs (1º de janeiro de 2009).

A contrapartida do referido ajuste, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta "Ajuste de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. Esta rubrica é realizada contra a conta de lucros acumulados na medida em que a depreciação do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27.5 Outros resultados abrangentes – Ajuste e valor justo de investimentos

Referem-se aos ativos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo mantido pela controlada Midway Financeira, conforme Nota 4.3.

28 Partes relacionadas

(i) Saldos

Ativo circulante

				(Controladora
	•	Títulos e valores i	nobiliários	Conta	s a receber
Controladas		2016	2015	2016	2015
Lojas Riachuelo	-	_			_
- Duplicatas	(a)	-	-	355.809	291.856
- Aluguel, dividendos e outros	(b)	-	-	2.527	7.172
Midway Shopping Center Ltda.	(d)	-	-	8.378	10.676
Midway Financeira - Lucro distribuido	(f)	-	-	-	20
Midway Financeira	(e)	10.197	16.040	-	-
	_	10.197	16.040	366.714	309.724

Passivo não circulante

		Controladora e	Consolidado
		Passivo não (Circulante
		2016	2015
<u>Mútuo - Acionista</u>			
Nevaldo Rocha - Presidente	(c)	217.084	168.408
Elvio Gurgel Rocha	(c)		
Total		217.084	168.408

Demonstramos a movimentação do Mútuo - Acionista a seguir:

	2016	2015
Saldo inicial	168.408	152.836
Captação	2.000	5.000
Amortização	(4.315)	(53.480)
Transferência de juros sobre		
capital proprio (*)	24.363	44.268
Juros	26.628	19.784
Saldo final	217.084	168.408

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações

	Controladora
Rec	eita
2016	2015
1.283.302	1.265.957
30.005	49.271
4.420	2.377
30	25_
1.317.757	1.317.630
	2016 1.283.302 30.005 4.420 30

- (a) Refere-se a transações de vendas de produtos de vestuário. As vendas para as Lojas Riachuelo são realizadas com prazos de vencimentos entre 30 a 90 dias. Adicionalmente, no contexto de estrutura verticalizada do Grupo, todas as vendas da controladora são destinadas exclusivamente para as Lojas Riachuelo.
- (b) Corresponde aos rendimentos auferidos com locação de imóveis à controlada Lojas Riachuelo, os quais são calculados a razão de 3% sobre o faturamento mensal da respectiva loja. Já para os imóveis ocupados por outros setores, são cobrados aluguéis fixos.
- (c) Foram firmados contratos de empréstimos entre a Companhia e seu acionista majoritário, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2016, montava em R\$ 217.084 (em 31 de dezembro de 2015 R\$ 168.408) na controladora e no consolidado, com vencimentos para dezembro de 2020, e de remuneração correspondente a 99% da taxa do CDI.
- (d) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway Shopping Center Ltda.
- (e) Refere-se a títulos e valores mobiliários da Companhia mantidos com a controlada Midway Financeira.
- (f) Refere-se ao valor do lucro a distribuir da controlada Midway S.A. Credito Financiamento e Investimentos.

(iii) Divulgação de remuneração aos administradores

Os diretores da Companhia recebem somente honorários mensais fixos, divulgados na demonstração do resultado, e não gozam de outras vantagens, a não ser, os que são acionistas que recebem dividendos na proporção de suas ações, na base autorizada na Assembleia de acionistas. Tais honorários estão destacados na demonstração de resultado na conta de honorários da administração.

A remuneração dos diretores e membros da Administração reconhecida no resultado está apresentada abaixo, e não excederam o limite máximo aprovado na Assembleia realizada em 14 de abril de 2015:

		Controladora
<u>Remuneração</u>	2016	2015
Do Conselho de Administração	1.240	1.239
Da Diretoria	2.461	3.394
Do Conselho Fiscal	346	346
Total	4.047	4.979
		Consolidado
<u>Remuneração</u>	2016	Consolidado 2015
Remuneração Do Conselho de Administração	2016 1.240	
		2015
Do Conselho de Administração	1.240	201 <u>5</u> 1.239
Do Conselho de Administração Da Diretoria	1.240 11.335	2015 1.239 11.351

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Obrigações de benefícios de aposentadoria

Em dezembro de 2011, a Companhia e as suas controladas contrataram a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. para administrar o plano de previdência complementar, denominado "Riachuelo PREV", que tem por finalidade principal propiciar aos seus participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com o estabelecido em contrato. O plano é de contribuição definida e é aberto para a participação de todos os funcionários, mediante desconto em folha de pagamento. Por ser um plano de contribuição definida, possíveis riscos atuariais (riscos de que os benefícios sejam inferiores ao esperado) e os riscos de investimento (risco de que os ativos investidos sejam insuficientes para cobrir os benefícios esperados) são assumidos pelos empregados e não pela Companhia, além de não possuir nenhum benefício pós-aposentadoria.

As contribuições efetuadas pela Companhia e suas controladas e pelos participantes estão apresentadas a seguir:

	Co	<u>ntroladora</u>		Consolidado
	2016	2015	2016	2015
Contribuição da Companhia	761	740	8.907	8.250
Contribuições dos funcionários	623	562	9.186	7.382
Total	1.384	1.302	18.093	15.632

30 Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

		Controladora
	2016	2015
Receita operacional bruta	-	
Vendas no atacado	1.286.403	1.271.138
	1.286.403	1.271.138
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(169.754)	(163.609)
ICMS – Incentivo fiscal	81.236	86.758
IPI	(7.449)	(6.615)
COFINS	(94.175)	(92.554)
PIS	(20.449)	(20.094)
INSS	(29.912)	(12.389)
Devoluções de vendas	(6.648)	(12.941)
	(247.151)	(221.444)
Receita operacional líquida	1.039.252	1.049.694

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	2016	2015
Receita operacional bruta		
Vendas no atacado	3.102	5.182
Vendas no varejo	6.157.505	6.056.263
Operações de crédito	1.691.421	1.459.786
Locação de lojas	66.008	60.807
Serviços de transportes	5	14
	7.918.041	7.582.052
Deduções da receita operacional bruta		
ICMS	(1.046.361)	(1.022.467)
ICMS – Incentivo fiscal	81.236	86.758
IPI	-	-
COFINS	(476.195)	(469.750)
PIS	(99.705)	(98.737)
INSS	(317)	(46.776)
ISS	(12.213)	(10.897)
Devoluções de vendas	(320.294)	(321.288)
Outros	(122.542)	(191.589)
	(1.996.391)	(2.074.746)
Receita	5.921.650	5.507.306

31 Custo dos produtos vendidos, serviços prestados, despesas com vendas, gerais e administrativas

31.1 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

		Controladora
	2016	2015
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		
Mercadoria para revenda	(44.100)	(42.599)
Matéria-prima	(347.725)	(313.919)
Pessoal	(238.325)	(231.428)
Depreciação e amortização	(18.190)	(17.265)
Outros custos (a)	(75.527)	(68.857)
Total de custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(723.867)	(674.068)
		Consolidado
	2016	Consolidado 2015
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	2016	
<u>Custo dos produtos vendidos e serviços prestados</u> Mercadoria para revenda	(1.555.337)	
* *		2015
Mercadoria para revenda	(1.555.337)	(1.501.006)
Mercadoria para revenda Matéria-prima	(1.555.337) (263.961)	(1.501.006) (235.398)
Mercadoria para revenda Matéria-prima Pessoal	(1.555.337) (263.961) (180.915)	(1.501.006) (235.398) (173.541)

- (a) Destacam-se dentro de outros custos os gastos com gás, energia elétrica, água e serviços de terceiros pessoas jurídicas.
- (b) Além dos gastos de produção mencionados acima, inclui os custos dos serviços prestados da Midway Financeira e da Transportadora Casa Verde Ltda. a terceiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31.2 Despesas com vendas

		Controladora
	2016	2015
Despesas com pessoal	(1.477)	(1.541)
Serviços de terceiros	(8.661)	(8.225)
Serviços públicos	(31)	(28)
Impostos e taxas diversas	(6)	(16)
Depreciação e amortização	(94)	(94)
Outras despesas	(256)	(279)
Total	(10.525)	(10.183)
		Consolidado
	2016	2015
Despesas com pessoal (a)	(846.513)	(683.347)
Serviços de terceiros	(217.089)	(240.228)
Serviços públicos	(125.349)	(119.987)
Despesa com aluguéis e condomínio	(223.382)	(197.032)
Provisão para credito de liquidação		
duvidosa e perdas	(630.767)	(572.336)
Depreciação e amortização	(201.467)	(174.344)
Outras despesas (b)	(292.362)	(280.417)
Total	(2.536.929)	(2.267.691)

- (a) O crescimento das despesas com pessoal é o reflexo do aumento de lojas da controlada Lojas Riachuelo. Em dezembro de 2016, esta controlada inaugurou mais 6 novos pontos de vendas, que somado as 28 lojas que foram inauguradas durante 2015, que tiveram reconhecidas as despesas com pessoal durante todo o exercício de 2016, atualmente possui 291 lojas(285 em 2015).
- (b) Em 2015 o montante de R\$ 41.957 foi transferido para o grupo de despesas gerais administrativas acompanhando a nova classificação de 2016.

31.3 Despesas gerais e administrativas

		Controladora
	2016	2015
Despesas com pessoal	(24.136)	(24.011)
Serviços de terceiros	(5.445)	(2.064)
Serviços públicos	(917)	(856)
Depreciação e amortização	(3.069)	(3.301)
Outras despesas	(13.347)	(12.961)
Total	(46.914)	(43.193)

		Consolidado
	2016	2015
Despesas com pessoal	(281.631)	(227.687)
Serviços de terceiros	(63.041)	(46.950)
Serviços públicos	(6.235)	(6.751)
Depreciação e amortização	(59.511)	(51.987)
Outras despesas (a)	(274.730)	(267.276)
Total	(685.148)	(600.651)
Serviços de terceiros Serviços públicos Depreciação e amortização Outras despesas (a)	(281.631) (63.041) (6.235) (59.511) (274.730)	(227.687) (46.950) (6.751) (51.987) (267.276)

⁽a) Em 2015 o montante de R\$ 41.957 foi transferido do grupo de despesas com vendas e R\$ 3.354 do grupo de outras receitas operacionais líquidas, totalizando R\$ 45.311, acompanhando a nova classificação de 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32 Outras receitas operacionais, líquidas

	(Controladora
	2016	2015
Aluguéis	46.957	49.296
Recuperação de débitos (*)	15.656	1
Depreciação e amortização	(6.053)	(6.057)
Outros	(4.079)	(4.494)
Total	52.481	38.746

(*) No exercício de 2016 a Companhia realizou trabalhos na recuperação de PIS/COFINS no valor de R\$ 1.324, INSS no montante de R\$ 11.841 e ICMS no valor de R\$ 2.491, totalizando R\$ 15.656 da rubrica Recuperação de tributos.

		Consolidado
	2016	2015
Multa contratual	626	801
Recuperação de tributos(**)	61.738	28.631
Depreciação e amortização	(6.053)	(6.057)
Juros e multas sobre provisão de riscos	(32.114)	(8.323)
Outros (***)	40.209	14.105
Total	64.406	29.157

^(**) As controladas Lojas Riachuelo e a Midway S.A. Credito, Financiamento e Investimentos em 2016 realizaram trabalhos na recuperação de PIS/COFINS e INSS no valor de R\$ 15.461 e R\$ 30.621, respectivamente que somado a recuperação da Companhia de R\$ 15.656, totaliza R\$ 61.738. Do valor recuperado em 2015 destacam-se os valores de PIS/COFINS das Lojas Riachuelo localizadas em Manaus registradas até 2014 no valor de R\$ 17.964, bem como PIS/COFINS de frete nacional e internacional de importação, do IPTU e outros num montante de R\$ 10.666, totalizando R\$ 28.630 a Recuperação de tributos consolidado.

33 Despesas financeiras líquidas

		Controladora
	2016	2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários e		
aplicações financeiras	4.420	2.377
Juros ativos	15.611	9.054
Descontos obtidos	248	459
Variação cambial ativa	1.595	5.432
Outras receitas financeiras	16.833	(742)
	38.707	16.580
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(35.606)	(21.329)
Juros passivos	(9.673)	(9.437)
Outras despesas financeiras	(1.720)	(1.159)
	(46.999)	(31.925)
Resultado Financeiro	(8.292)	(15.345)

^(***) Na rubrica de "Outros" a partir de 2016 encontra-se registrada a receita de R\$ 7.159, referente à operação de Fornecedores — *Confirming* realizada pela controlada Lojas Riachuelo. Em 2015 o valor de R\$ 3.354 foi transferido para o grupo de despesas gerais e administrativas acompanhando a nova classificação em 2016.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado
	2016	2015
Receitas Financeiras		
Rendimentos aplicações financeiras	83.523	53.148
Juros ativos	16.214	9.613
Descontos obtidos	863	15.429
Variação cambial ativa	1.594	5.433
Ganhos Derivativos	96.803	128.005
Outras receitas financeiras	32.091	657
	231.088	212.285
<u>Despesas Financeiras</u>		
Juros sobre financiamento	(109.725)	(84.168)
Instrumentos financeirso	(187.596)	(169.710)
Juros passivos	(36.462)	(36.620)
Tarifas bancárias	(6.961)	(3.563)
Descontos concedidos	(38)	4
Variação cambial passiva	(1.719)	(1.142)
Outras despesas financeiras	(16.725)	(11.848)
	(359.226)	(307.047)
Resultado Financeiro	(128.138)	(94.762)

34 Lucro por ação

(a) Básico/diluído

O lucro básico/diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

Demonstramos a reconciliação do lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação:

	2016	2015
Numerador básico/diluído		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas	317.551	350.215
Denominador básico/diluído		
Ações disponíveis - mil	62.400	62.400
Lucro líquido básico/diluído por ação - R\$		
ON	4,84663	5,34516
PN	5,33129	5,87968

O lucro por ação diluído é igual ao básico, em virtude da inexistência de ações potenciais com efeito de diluição.

35 Arrendamento operacional – locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Midway Shopping Center Ltda. possuía 285 contratos de locação de suas lojas firmados, sendo 284 com terceiros e 1 com a parte relacionada Lojas Riachuelo, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem receita de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de cinco anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguéis das áreas brutas locáveis ("ABL") do Shopping Midway possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente a 3% e a 5% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco a quinze anos, sujeitos à renovação.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2016, as receitas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 66.717 (R\$ 61.703 em 31 de dezembro de 2015) no Midway Shopping Center Ltda. e R\$ 63.870 (R\$ 58.754 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado.

A previsão das receitas futuras da controlada Midway Shopping Center Ltda., oriundos destes contratos, a valores de 31 de dezembro de 2016 totalizam um montante mínimo de R\$ 580.790, sendo:

Vencimento	Valor Nominal
vencimento	Nominai
2017	64.851
2018	66.926
2019	69.068
2020	71.278
Demais vencimentos até 2023	308.667
Total	580.790

36 Compromissos, obrigações e direitos contratuais

(a) Entre partes relacionadas

A Lojas Riachuelo é locatária em 49 contratos de aluguel de imóveis (prédios e lojas) da Companhia, dos quais 45 são de lojas, onde os aluguéis são calculados a 3% do faturamento bruto (vendas com impostos) e os demais contratos geram um aluguel de R\$ 899 a serem pagos mensalmente, sendo 2 centros de distribuição, 1 prédio ocupado pela matriz da Lojas Riachuelo e 1 depósito na região de Brasília-DF.

(b) Com terceiros

A Companhia e a controlada Lojas Riachuelo possui compromissos, obrigações e os direitos contratuais, dados ou recebidos, não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

Natureza		Valor
<u>Controladora</u>		
Compromisso e/ou obrigação		
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos		277.470
Controlada - Lojas Riachuelo		
Compromisso e/ou obrigação		
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos		162.134
	Total	439.604

(c) Arrendamento operacional – Locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Lojas Riachuelo possuía 291 (285 em 31 de dezembro de 2015) contratos de locação de lojas firmados com terceiros ou com a sua controladora Guararapes, para os quais a administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação, com prazos de validade de dez anos, sujeitos à renovação. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa da Companhia possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar pagos a terceiros, totalizaram R\$ 221.424 (R\$ 195.249 em 2015). O saldo da rubrica "Arrendamento operacional - locação de lojas", relacionado a aluguéis de terceiros, é de R\$ 12.708 (R\$ 14.068em 2015).

Os compromissos futuros, oriundos desses contratos com terceiros, a valores de 31 de dezembro de 2015, totalizam um montante mínimo de R\$ 1.487.976, sendo:

Vencimento	Valor
2017	245.266
2018	229.160
2019	206.340
2020	185.318
2021	166.358
2022 a 2027	455.534
	1.487.976

37 Cobertura de seguros

A Controladora mantém a política de não contratar seguros contra incêndios para parte substancial dos seus ativos. Essa política leva em consideração os seguintes aspectos:

- (a) Parque fabril distribuído em cinco fábricas segregadas fisicamente;
- (b) Imóveis comerciais e os estoques de produtos estão segregados fisicamente;
- (c) Sistemas de processamento de dados protegidos por "backup";
- (d)Todas as instalações possuem aparelhamento específico para combate imediato a eventuais incêndios;
 e
- (e) Em aproximadamente 50 anos de existência da Controladora, não há históricos de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

As premissas de risco adotadas, dada à natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A controlada Lojas Riachuelo possui seguros contra incêndio para os três Centros de Distribuição (São Paulo, Natal e Manaus), com cobertura para as instalações, os equipamentos e as mercadorias.

Para as lojas, é mantida a política de não contratar seguro contra incêndio, levando em consideração o aspecto dos imóveis comerciais (grande maioria localizada em shopping centers) e correspondentes estoques de produtos segregados fisicamente. Não há histórico de incêndios que tenham trazido perdas relevantes.

Os valores contratados são baseados em opinião dos consultores de seguros, para fazer face aos riscos envolvidos.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, não auditados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio (CD's)	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/ vendaval a fumaça/lucros cessantes	598.092
Aeronave	Queda/Casco/Responsabilidade Civil	250.951
Mercadorias	Transporte Nacional/Internacional	100% Segurado

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil.

38 Informações adicionais aos fluxos de caixa

A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Os saldos que compõem esta conta estão representados conforme Nota 10. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 houve movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e suas controladas, como segue:

Valores que nao afetaram o Fluxo de Caixa		Controladora		Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Juros sobre capital próprio propostos	24.363	60.725	24.363	60.725

Seção F - Políticas contábeis

39 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

39.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

62 de 80

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e *joint ventures* é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e *joint ventures* são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional") que é o Real (R\$).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificados como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, por exemplo, os investimentos em ações classificados como disponíveis para venda, estão incluídas na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.

39.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou consideradas de liquidez imediatas ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balancos, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

39.4 Ativos financeiros

39.4.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 13 e 10).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são considerados não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

39.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas operacionais, líquidas" no período em que ocorrem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

39.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39.4.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos classificados como disponíveis para venda

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado.

No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado ao final de cada período.

Os instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Resultado financeiro".

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de cartão de crédito (Riachuelo e de terceiros) e de empréstimos pessoal no curso normal das atividades do Grupo. Na Controladora, referemse substancialmente a valores a receber da controlada Lojas Riachuelo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

No caso da Lojas Riachuelo, as contas a receber de cartões de crédito (cartão Riachuelo e cartão de terceiros) e empréstimo pessoal são registrados com base nos valores nominais e ajustados a valor presente quando a administração julgar que esses ajustes apresentam um efeito relevante nas demonstrações financeiras, uma vez que as transações são de curto prazo.

No caso da Midway Financeira, as operações vencidas após 60 dias têm seus rendimentos registrados na conta "Contas a receber", e a transferência desta para o resultado ocorrerá somente quando do efetivo recebimento dos valores vencidos.

Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil do contas a receber de clientes e o seu valor justo, uma vez que em sua maioria, o saldo de contas a receber de clientes refere-se à Midway Financeira, cujos saldos estão reconhecidos pelo valor justo.

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Na avaliação da provisão, são utilizadas bases históricas de inadimplência, prazos de recebimento e volumes de perdas incorridas, ajustadas conforme o julgamento da administração, quando as condições atuais de economia indiquem que perdas reais sejam superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela base histórica. As proporções de inadimplência e de perdas e os prazos estimados para recuperações futuras são regularmente analisados com os resultados reais a fim de confirmar a sua aderência. As perdas são reconhecidas no resultado.

39.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Administração espera que os estoques de matéria-prima e produtos acabados sejam recuperados em um período inferior a 12 meses. Os estoques de materiais de manutenção são classificados nos ativos circulantes ou não circulantes, considerando o histórico do consumo.

Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas, constituída em casos de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

39.7 Propriedade para investimento

A Companhia é controladora do Midway Shopping Center Ltda., empreendimento mantido para fins de renda de aluguel de longo prazo. O imóvel é da controlada e está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 16.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39.8 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, edificações, instalações e maquinismo na data de transição para IFRS/CPCs, como mencionado na Nota 17. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira, se houver. O custo histórico também inclui os de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-47
Instalações	20
Máquinas	5-17
Benfeitorias	10
Veículos e transportes	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	5-10
Propriedade para investimentos	40

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

39.9 Ativos intangíveis

(a) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição.

(b) Pontos Comerciais

Os pontos comerciais, da Lojas Riachuelo, adquiridos separadamente são demonstrados, inicialmente, pelo custo histórico, na data da aquisição. Posteriormente, os pontos comerciais, avaliados com os prazos dos contratos de locação definidos, são contabilizados pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo dos pontos comerciais registrados durante sua vida útil estimada de seis a dez anos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

39.10 Impairment de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes que têm uma vida útil indefinida, como os ágios não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No exercício de 2016 a Midway identificou uma possível perda de seu valor recuperável na conta de Investimentos referente a cotas do filme "Reza a Lenda" utilizando se da Lei 8.685 de 1993, onde segundo a ANCINE o público foi de 371 mil e a bilheteria de R\$ 4,9 milhões. Com isso a Midway estima que haverá uma perda de aproximadamente R\$ 208 mil o qual fora devidamente provisionado.

Nas demais empresas e na Companhia não foram identificados evidências de perdas não recuperáveis em 2016.

39.11 Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Para os saldos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não existe diferenças relevantes entre o saldo contábil de fornecedores e o seu valor justo.

39.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo não possui instrumentos financeiros compostos de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, que compreende a emissão de títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

39.13 Provisões para riscos trabalhistas e tributárias

As provisões para despesas e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando:

- (i) O Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) Seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) O valor puder ser estimado com segurança.

As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levandose em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

39.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

39.15 Ajustes a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo, e quando relevantes os de curto prazo, devem ser ajustados ao valor presente. Após a avaliação do valor apurado do ajuste a valor presente, a administração da Companhia concluiu que os impactos no resultado do exercício da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e do passivo não são relevantes em relação às demonstrações financeiras analisadas em conjunto e decidiu não registrar contabilmente tal ajuste.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

39.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Grupo possui plano de contribuição definida, que consiste nas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

O Grupo faz contribuições para o plano de previdência da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

(b) Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado no decorrer do exercício e ajustado no encerramento anual, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

39.17 Capital social

O capital social está totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016 e 2014, representadas por 62.400.000 ações nominativas, sendo 31.200.000 ações ordinárias e 31.200.000 ações preferenciais.

39.18 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o seu valor for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia-se nas suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos quando as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

No caso da controlada indireta Midway Financeira, as receitas e as despesas das operações estão registradas de acordo com o regime de competência. O registro das operações com taxas prefixadas ocorre pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro estão apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos, enquanto o registro das receitas e despesas de natureza financeira ocorre pelo critério *pro rata* dia. As receitas com serviços prestados são diferidas e reconhecidas somente no período de sua competência.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Venda de produtos

A Guararapes Confecções S.A. produz uma variedade de confecções e vende 100% de sua produção para a sua controlada Lojas Riachuelo. O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de confecções em geral, artigos de uso pessoal e quaisquer outros correlatos. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito, nas próprias lojas.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

39.19 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

39.20 Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

39.21 Norma nova, alteração e interpretação de norma que ainda não está em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

. IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- . IFRS 15/CPC 47 "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas:
- Serviços de consultoria de IT: poderá resultar na identificação separada de obrigações de performance, afetando, assim, o momento de reconhecimento de receita de cada uma delas.
- Programas de fidelidade: o IFRS 15 requer que a contraprestação total recebida seja alocada aos pontos e produtos com base nos preços individuais relativos ao invés do método do valor residual, o que poderia resultar em valores diferentes sendo alocados aos produtos vendidos e uma postergação no reconhecimento de parcela da receita.
- Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15.
- . IFRS 16 "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que o Grupo tem em aberto. Conforme descrito na Nota 40 (b), o Grupo tem R\$ 73.025 de compromissos com arrendamento mercantil operacional. No entanto, o Grupo ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

40 Eventos Subsequentes:

a) Emissão de Debêntures

Em reunião do Conselho Administrativo realizada em 22 de Dezembro de 2016, foi aprovada em 02 de janeiro de 2017 a 2ª (segunda) emissão de debêntures em duas séries, da espécie quirografária com garantia fidejussória pela controlada Lojas Riachuelo S.A., sem direito a conversão em ações, com oferta pública e esforços restritos de distribuição, com vencimento em 24 meses a contar da data de emissão, no valor de R\$ 475.000, conforme disposições legais e regulamentos aplicáveis.

b) Empréstimo em Moeda Estrangeira

Em 03 de janeiro de 2017, a controlada Lojas Riachuelo quitou o empréstimo tipo "swap" firmado com o Banco Itaú conforme contrato estabelecido entre as partes no valor de R\$ 175.641 (Nota 20).

c) Certificados de recebíveis imobiliários

Em 12 de fevereiro de 2017, a companhia amortizou a primeira parcela da operação firmada com o Gaia Securitizadora conforme contrato estabelecido entre as partes (Nota 22).